

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE  
E SECRETARIADO EXECUTIVO.  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANSELMO BRAGA FORTE FILHO**

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO  
FINANCEIRA E SOCIAL - O CASO DO BANCO PAJU DO BAIRRO PAJUCARA**

**FORTALEZA  
2013**

**ANSELMO BRAGA FORTE FILHO**

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO  
FINANCEIRA E SOCIAL - O CASO DO BANCO PAJU DO BAIRRO PAJUÇARA**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Érico Veras

**FORTALEZA**

**2013**

**ANSELMO BRAGA FORTE FILHO**

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO  
FINANCEIRA E SOCIAL - O CASO DO BANCO PAJU DO BAIRRO PAJUÇARA**

Esta monografia foi submetida à coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

---

Prof.

Professor Orientador

---

Nota

---

Prof.

Membro da Banca Examinadora

---

Nota

---

Prof.

Membro da Banca Examinadora

---

Nota

Aos meus pais, Anselmo e Eliete,  
pela importância sempre dada a  
educação dos filhos.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, que está sempre comigo todos os dias de minha vida me instruindo e me guiando em seu caminho.

Aos meus pais, Anselmo e Eliete, que são os grandes exemplos da minha vida de fé, caráter e sabedoria.

À minha família, em especial aos meus irmãos, por estarem sempre presentes em todos os momentos importantes da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Érico Veras pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Aos professores Paulo Pessoa e Daniele, por fazerem parte da banca examinadora e por terem contribuído para minha formação acadêmica.

A todos os professores, que colaboraram com seus ensinamentos durante os períodos em que estive nesta Universidade.

Em especial a minha esposa Edilva Praciano por estar sempre ao meu lado em todos os momentos.

## RESUMO

A monografia objetiva analisar a atividade de microcrédito, como alternativa para a inclusão financeira e desenvolvimento econômico local, nos microempreendimentos financiado pelo Banco Comunitário Paju e tem como problema informar como essa instituição de microcrédito solidário desenvolve suas atividades de inclusão financeira e social na comunidade. É através do microcrédito que a grande maioria dos pequenos empreendedores e microempresários têm acesso ao mercado financeiro. O escopo metodológico da pesquisa é de cunho quali-quantitativo e concentra-se no estudo de caso, tendo como fonte de dados a aplicação de questionários com perguntas abertas e semiestruturadas e pesquisa bibliográfica com base em teses e artigos que abordam o assunto como todo. A análise dos resultados demonstra que o microcrédito e a oferta de demais serviços financeiros contribuem para a geração de emprego e renda, visto que todos os entrevistados disseram ter ampliado seus empreendimentos com a utilização do microcrédito do Banco Comunitário Paju. Verificou-se ainda, de acordo com relatos dos entrevistados, que a maioria não teve dificuldades no acesso ao crédito. Entretanto, apesar de sua importância, os entrevistados revelaram que o banco precisa expandir sua área de cobertura, que é muito inferior ao seu potencial.

Palavras – Chave: Microcrédito, Banco Comunitário, Economia Solidária.

## **ABSTRACT**

The paper aims to analyze the activity of microcredit as an alternative to financial inclusion and local economic development in microenterprises financed by Community Bank and its Paju problem inform such microfinance institution develops its activities supportive of financial inclusion and social community. It is through microcredit that the vast majority of small entrepreneurs and microentrepreneurs have access to financial markets. The scope of the research methodology is qualitative and quantitative nature and focuses on the case study, with the data source to questionnaires and semi-structured with open questions and literature-based theses and articles that address the issue as data. Analysis of the results shows that offering microcredit and other financial services contribute to the generation of employment and income, since all respondents said they had extended their enterprises with the use of microcredit Community Bank of Paju. It was also, according to reports of respondents, the majority had no difficulty in accessing credit. However, despite its importance, respondents revealed that the bank needs to expand its coverage area, which is far below its potential.

Key Words: Microcredit, Community Bank, Solidarity Economy.

**LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADRO E TABELAS.**

GRÁFICO 1 – Composição da Aplicação.....	23
GRÁFICO 2 – Aplicação em Microcrédito voltado para o Consumo .....	26
GRÁFICO 3 – Aplicação em Microcrédito Produtivo.....	27
GRÁFICO 4 – Composição dos entrevistados por sexo .....	57
GRÁFICO 5 – Análise sobre a finalidade do microcrédito.....	58
GRÁFICO 6 – Quantidade de anos em que atua no ramo de seu negócio.....	59
GRÁFICO 7 – Quantidade de pessoas que atuam no empreendimento.....	59
TABELA 1 – Projetos de Inclusão Social do Banco Paju.....	53
TABELA 2 – Quantidade de microempreendimentos por área de atuação .....	57
TABELA 3 – Valores tomados no Banco Paju .....	60
TABELA 4 – Percepção sobre a experiência com o Banco Paju .....	61

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	10
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	13
2.1. Economia Solidária.....	13
2.1.2 Origem da Economia Solidária.....	15
2.1.3 Economia Solidária no Brasil.....	16
2.2 Microcrédito.....	17
2.2.1 Origem do Microcrédito .....	18
2.2.2 Característica do Microcrédito.....	20
2.2.3 Microcrédito Produtivo Orientado.....	22
2.2.4 Microcrédito no Brasil.....	26
2.3 Bancos Comunitários.....	28
2.3.1 Aspectos históricos.....	30
2.3.1.1 Principais dificuldades para o crescimento dos Bancos Comunitários.....	31
2.3.2 Moeda Social.....	32
2.3.3 A Gestão dos Bancos Comunitários .....	33
2.3.4 Rede Brasileira de Bancos Comunitários.....	34
2.3.5 Inclusão Financeira .....	35
2.3.6 Contas Simplificadas .....	36
2.3.7 Correspondentes Bancários .....	36
2.3.8 Sociedade de Crédito ao Microempreendedor .....	38
<b>3. METODOLOGIA PARA O ESTUDO DE CASO.....</b>	39
3.1 Área geográfica em estudo.....	39
3.2 Método e tipo de pesquisa.....	39
3.3 Fontes de dados.....	40
3.3.1 Fonte de dados secundários.....	40
3.3.2 Fonte de dados primários.....	40
<b>4. BANCO PAJU: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	42
4.1. O Bairro Pajuçara .....	42
4.1.2 Manifestações sociais .....	42
4.2. A Criação e números do Banco Paju .....	44
4.3. Maracanã - Moeda Social do Banco Paju .....	46
4.4 Serviços Prestados pelo Banco Paju .....	47

4.5 Produtos bancários .....	48
4.6. Paju e o Micro Crédito Produtivo Orientado.....	49
4.7. Inclusão Financeira .....	51
4.8 Inclusão Social.....	52
4.9. Desafios e perspectivas para o crescimento do Banco Paju .....	53
4.10. Análise da percepção dos tomadores de microcrédito.....	54
4.11. Perfil dos entrevistados.....	55
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso ao crédito é de grande importância para a inclusão financeira da população, pois gera aumento de consumo e consequentemente aumento na produção, gerando emprego e renda. As dificuldades de acesso ao crédito, portanto, representam um grande obstáculo ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos. (LOPES et al., 2011)

Para Brasil (2009, p. 54)

O acesso ao crédito possibilita as pessoas com forte restrição a riqueza implementarem projetos lucrativos, o que proporciona aumento – permanente – de sua renda. Nesse sentido, o microcrédito se apresenta como interessante estratégica para ampliar a inclusão social e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico do País. No caso do Brasil, em que ainda há significativa fração da população à margem do sistema financeiro em virtude da ausência de ativos que possam servir como colateral para empréstimos, o microcrédito pode exercer papel relevante.

O sistema financeiro é formado por três partes: a primeira é formada pelo sistema privado que é constituído por bancos, corretoras, companhias de seguros, etc. seu principal objetivo é o retorno do capital investido; a segunda parte é composta pelos bancos públicos que não deveriam visar o lucro, mas somente a prestação de serviço público e por último; a terceira parte, que são justamente outros intermediários bancários, de cunho social e solidário, essas entidades visam simplesmente atender as necessidades da comunidade e não o lucro. (BACEN 2009, p. 68)

Os Bancos Comunitários, instituições financeiras baseadas na economia solidária e no cooperativismo, dão apoio à população com baixo índice de desenvolvimento humano objetivando a criação de trabalho e renda de forma que os recursos financeiros circulem pela própria comunidade. A própria comunidade que é responsável pela sua gestão e desenvolvimento.

O tema economia solidária e banco comunitário vem ganhando força a cada dia. O Governo Federal, por meio do Banco Central do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecem o microcrédito como uma das principais ferramentas de políticas públicas de combate à pobreza, de fomento ao desenvolvimento econômico local e inclusão financeira de uma ampla parcela da população fortemente discriminada e excluída do mercado financeiro.

No Brasil, onde grande parcela das pessoas pobres é excluída do sistema financeiro e a elevação do índice de desemprego ainda assola o país, as dificuldades de acesso ao crédito representam um grande obstáculo ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos.

Neste cenário, o microcrédito surge como forma de democratizar o acesso ao crédito e a outros serviços bancários, de forma a reduzir a exclusão social dos trabalhadores informais, das micro e pequenas empresas e, especialmente, da população de baixa renda.

Como o tema desenvolvimento econômico local é assunto recorrente em pesquisas acadêmicas, verifica-se a importância do estudo do microcrédito como instrumento desse tipo de desenvolvimento.

O primeiro banco comunitário criado na cidade de fortaleza foi o Banco Palmas, inaugurado em 1998 com o intuito de promover o desenvolvimento do bairro Palmeiras, combina o microcrédito com moedas sociais.

Em 2006 foi criado o banco comunitário de Pajuçara - Paju, localizado em Maracanaú, região metropolitana de fortaleza. Essa entidade surgiu por iniciativa da Associação dos Moradores da Área Verde da Pajuçara com o objetivo de promover a geração de renda e trabalho na comunidade e, com isso, diminuir as desigualdades sociais da região.

Em 2005 a associação começou a alcançar os seus objetivos. A entidade passou a coordenar a direção do Polo ABC da Pajuçara, projeto social que trabalha em prol do desenvolvimento da criança e adolescente. E a partir de abril de 2007 a moeda social Maracanã começou a ser implantada, permitindo, assim, que os moradores pudessem obter créditos para consumo, sem juros e correção monetária, para serem utilizados em compras com desconto nos estabelecimentos cadastrados. A atuação do banco vai além dos serviços financeiros, a entidade atualmente é um difusor das práticas de economia solidária e cooperativismo no município de Maracanaú - Ceará.

A escolha do microcrédito como temática central da pesquisa deve-se à sua importância para mudanças efetivas no desenvolvimento econômico e social de comunidades menos favorecidas, uma vez que se trata de uma interessante política de combate à pobreza e inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais carentes.

Um Banco Comunitário, como o Banco Paju, é o principal dissipador do microcrédito e contribui para ampliar a inclusão financeira e social de pequenas comunidades. Portanto, pretende-se aferir como o Banco Paju desenvolve as suas atividades de inclusão financeira e social da comunidade do bairro Pajuçara ?

Esta monografia tem como objetivo analisar como são desenvolvidos os projetos de inclusão social e financeira que Banco Comunitário Paju realiza para o desenvolvimento local da comunidade do distrito de Pajuçara (Maracanaú-CE).

Especificamente, pretende-se:

- Identificar os projetos de inclusão financeira e social e suas características fundamentais;
- Analisar os tipos de serviços e produtos bancários oferecidos pela instituição financeira solidária;
- Identificar e analisar a percepção dos tomadores de microcrédito e empreendedores acerca dos resultados obtidos com a utilização do microcrédito solidário.

A monografia está dividida em cinco seções, incluindo a introdução, onde se apresentam os objetivos e a contextualização da pesquisa e sua importância; Na segunda seção é apresentado o referencial teórico, onde são apresentados os conceitos de economia solidária e bancos comunitários, origem, evolução e experiências de modalidade de microcrédito no país e no mundo; A terceira traz os elementos da pesquisa, natureza, método e a forma da coleta de dados realizada.

O enfoque da quarta seção será o estudo do caso Banco Comunitário Paju, em que será feita a análise de variáveis relacionadas ao microcrédito como emprego e renda. Nessa seção são apresentadas as considerações finais e os resultados da pesquisa, a partir dos dados obtidos pelos questionários. Na quinta seção apresenta-se a conclusão do trabalho, relacionando os efeitos ou desdobramentos do microcrédito para pessoas de baixa renda e pequenos empreendedores financiados pelo Banco Comunitário Paju.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os conceitos de economia solidária, microcrédito e bancos comunitários, suas origens, evolução e experiências no País e no mundo.

### 2.1 Economia Solidária

A economia solidária é uma forma de produção, venda, compra e troca bem diferente da maneira capitalista. Parte da ideia do modelo cooperativista onde que o grupo trabalha em prol do desenvolvimento coletivo, sem patrão nem empregado. A valorização do trabalho humano, cooperação, solidariedade e dignidade são os seus pilares. Segundo (MTE, 2012, on-line):

A economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagens, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada uma pensando no bem de todos e no próprio bem.

A solidariedade só poderá ser realizada se for de forma organizada igualitariamente pelos sócios que produzem, comercializam ou pouparam. Nas cooperativas de produção, um protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma participação no capital e também o mesmo poder de votação nas assembleias. Não existe uma competição entre os participantes, caso haja uma necessidade de um diretor em determinado departamento a sua escolha deverá ser entre os sócios em votação aberta. (SINGER, 2002)

Pode-se compreender a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, todos organizadamente por meio da autogestão de seus processos. (MTE, 2012, on-line)

Outra diferença entre a economia solidária e a capitalista é a forma de gestão das empresas. No modelo capitalista utiliza do modelo de heterogestão onde a administração parte do nível mais alto para o mais baixo. Os trabalhadores de nível mais baixo só possuem conhecimento a respeito do serviço que tem que executá-lo de forma eficaz, não possui participação nas tomadas de decisão da organização. Em empresas solidárias a forma de administração é baseada na autogestão, onde a forma de participação nos interesses da empresa é democrática. Todos participam por meio de votação nas assembleias ou caso a empresa seja de grande porte os sócios elegem delegados para serem representados nas deliberações. Conforme afirmado em Singer (2002, p.18):

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos.

Os trabalhadores são livres para trocar de emprego e os empregadores são livres para demiti-los. As organizações sempre buscam trabalhadores que podem gerar mais riquezas. (SINGER, 2002)

Já nas empresas solidárias não há empregados, os sócios não recebem salários, mas retiradas que pode variar conforme a produção. As decisões são feitas de forma coletiva, onde existem assembleias para deliberação. Nas empresas capitalistas os empregados possuem salários diferenciados. Seus salários são determinados pelo o nível de riqueza que gera para a empresa. Seus ganhos são escalonados sempre objetivando aumentar os lucros, pois quem toma as decisões a respeito são os dirigentes que possuem participações nos lucros cujo seus empregos estarão ameaçados caso haja uma queda nos ganhos conforme a média do mercado. Diferentemente nas empresas solidárias o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que busca proporcionar boas retiradas para todos e principalmente para as pessoas que possuem menos retiradas. (SINGER, 2002)

Nos últimos anos a economia solidária vem demonstrando uma forma alternativa de criação de emprego e geração de renda e uma ajuda à inclusão social. Essa prática é organizada sob a forma de cooperativas, associações clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperações, que desenvolvem atividades de produção, prestação de serviços, finanças solidárias e comércio justo com consumo solidário. (MTE, 2012, online)

A economia solidária se desenvolve em vários tipos de setores de produção, sejam em cooperativa de matérias de reciclagem ou artesãos, finanças solidárias, etc. tendo como o foco o desenvolvimento da população menos favorecida.

No modelo capitalista quem dita às regras é o mercado, a ideia liberal onde a concorrência se torna um fator positivo para a escolha dos consumidores. A população sem renda, sem um trabalho digno fica as margens da sociedade sofrendo com a fome, sede, sem acesso aos requisitos básicos de existência. Muitos morando nas ruas ou em condições de extrema pobreza.

Em um mercado altamente competitivo as pessoas com baixo grau de instrução não tem chances de conseguir um emprego para manter o seu sustento e de sua família. As

grandes empresas dominam o mercado e não dão oportunidades aos trabalhadores que não puderam ter um estudo ou uma especialização profissional.

Diante desses fatos a economia solidária visa gerar melhorias para essas pessoas que não possuem expectativas de emprego e renda. Por meios de programas assistenciais as empresas solidárias realizam a inclusão social por meio de cursos profissionalizantes ou empregos em cooperativas de produção.

Com o grande aumento do desemprego as entidades solidárias oferecem um meio para que as pessoas possam produzir uma forma de trabalho gerando renda para suas famílias e as colocando de volta ao mercado de trabalho.

### **2.1.2 Origem da Economia Solidária**

O conceito de economia solidária surgiu um pouco depois da revolução industrial com o aumento da pobreza dos artesões pela produção por meio de máquinas e a organização fabril. A grande carga horária de trabalho nas fábricas era cruel. Mal as crianças conseguiam ficar de pé e já iam para as fábricas trabalharem. As condições físicas dos proletariados eram ruins. A produção ficava abalada por conta dos números de mortes dentro das industriais. Diante desse cenário os próprios donos de fábricas começaram a ter a ideia de uma lei que pudesse regulamentar as condições de trabalho dos operários. (SINGER, 2002)

Atualmente, a economia solidária é utilizada como um resgate das lutas entre os trabalhadores e os empresários contra a exploração do trabalho humano e como uma forma de tratar as relações do homem com a natureza. Como uma maneira de gerar melhorias na relação do trabalho exploratório e abusivo a economia solidária vem buscando propiciar a melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores em que coloca o ser humano como o sujeito principal da atividade econômica valorizando o seu trabalho com práticas de solidariedade e cooperação. (FBE, 2012, ON LINE).

O caso do Roberto Owen, que era um grande industrial inglês dono de várias empresas têxtil na Inglaterra, é um exemplo de experiência na Europa. Owen foi um industrial, que ao assumir o controle de uma tecelagem, New Lanark, conseguiu melhorar as condições de trabalho dos operários e de vida da população que vivia no entorno da empresa. As primeiras atividades de Owen, no sentido de melhoria das condições de trabalho, foram, entre outras, a diminuição da jornada de trabalho, proibição do emprego de crianças e construção de escolas para elas. (BACIC, 2008).

Diante dessas melhorias os trabalhadores desenvolviam as suas tarefas de forma mais produtiva tornando o complexo têxtil bem mais lucrativo. Owen ficou conhecido como um filantropo e muito respeitado. Pessoas de toda parte do mundo iam a suas empresas para saber como a diminuição nas jornadas de trabalho e maior gasto com folha de pagamento poderia gerar tanto lucro para a entidade. Em 1817, Owen apresentou ao governo inglês uma forma de diminuição da pobreza. Orientou o governo a utilizar o fundo de sustento de pobres, que estavam cada vez mais crescendo, na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, na qual viviam cerca de 1.200 pessoas cultivando a terra para seu sustento e trabalhando nas indústrias assim gerando seu próprio sustento. O que fosse exerço na produção industrial iria para consumo nas aldeias. (SINGER, 2002)

Dessa forma o governo iria retirar grande parte da mão de obra ociosa e aplicar na produção industrial. Com o tempo Owen demonstraria que desenvolvendo essas atividades a população gradativamente iria se auto-sustentar e revertendo os seus salários ao governo por meio do consumo e tributação, mas o governo se negou a implantar a proposta de Roberto Owen. O governo achava que dessa forma o capitalismo iria diminuir suas forças e as empresas poderiam falir. Conforme foi dito por Cole (1944, p.20 apud SINGER, 2002) “Quanto mais Owen explicava o seu plano mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista”.

No final do século XX, em resposta à crise do emprego e a precarização das condições de trabalho, surge no Brasil o movimento da economia solidária sob a forma de cooperativismo.

### **2.1.3 Economia Solidária no Brasil**

O cooperativismo foi trazido pelos europeus ao Brasil no século XX. Surgiram principalmente as cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram baseadas em empresas e serviam para proteção dos trabalhadores contra os altos preços e carência de produtos. Com o crescimento das grandes redes de supermercados as cooperativas de consumo foram se extinguindo e as cooperativas agrícolas se tornaram grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. (SINGER, 2002)

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil registra sinais expressivos de regressão ocupacional. Diante desse fato, notou-se a elevação da participação das ocupações nos segmentos não organizados da economia e a economia solidária foi surgindo mais uma vez. Ela apareceu sob a forma de cooperativas ou associação produtivas. (POCHMANN, 2001)

Pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo — cada um a sua maneira — mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Ainda em 1980 a Cáritas, uma entidade ligada a CNBB (Confederação dos Bispos do Brasil) financiou milhares de pequenos negócios chamados de PAC's – Projeto Alternativo Comunitário -. Grande parte desses projetos objetivava a geração de emprego e renda a população pobre. Uma parte dos PAC's se transformou em economia solidária muitos deles conseguiram se auto sustentar vendendo a sua própria produção não mais precisando da ajuda da Cáritas. (SINGER, 2002)

Foram surgindo às cooperativas e grupos de produção associadas, incubados por universidades que são chamadas de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPS). São formadas por grupo de professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários. Elas desenvolvem junto à comunidade meios de produção e distribuição cíclica de renda dos segmentos pauperizados, dando-lhes formação profissional, apoio técnico, administrativo e jurídico, além do conhecimento em economia solidária. (POCHMANN, 2001)

Partindo do pressuposto que o sistema financeiro tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária e está tradicionalmente muito voltado aos grandes clientes, a economia solidária trava uma luta constante contra a exclusão financeira, visto que ela exige um padrão de financiamento apropriado ao seu desenvolvimento e o microcrédito é uma das suas principais ferramentas.

## 2.2 MICROCRÉDITO

A semelhança entre o termo microfinanças e microcrédito é enorme ou precisamente não há diferenças entre os dois conceitos. São quase como sinônimos apresentando poucas diferenças.

Segundo o Banco Central do Brasil o termo microfinanças refere-se “à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda,

tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados" (BRASIL, 2008, p.23).

O conceito atribuído pelo Banco Central do Brasil a microcrédito é o seguinte:

Atividade que se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais<sup>7</sup>. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda (BRASIL, 2008, p. 19).

O microcrédito possui como público alvo microempreendedores tanto formais como informais que muitas vezes não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil – BNDES-, microcrédito é:

concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional. Esse tipo de crédito se encontra em um contexto de microfinanças, que abrange o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros para pessoas de baixa renda(BNDES,2012,on-line)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-, o micro crédito está conceituado com foco nas atividades empreendedoras e não ao crédito apenas voltado para consumo das comunidades:

[...] como uma modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Utiliza-se de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, o que gera ocupação, emprego e renda (SEBRAE, 2012,on-line).

O microcrédito, que representa uma forma alternativa ao modelo padrão de concessão de crédito para pessoas que não têm acesso ao crédito tradicional ou estão fora do mercado formal, surge como mecanismo capaz de mudar esse cenário.

### **2.2.1 Origem do Microcrédito**

Um dos primeiros movimentos a respeito de microcrédito ocorreu na Alemanha no sul do país no ano de 1846. Um grupo de pessoas criou Associação do Pão. Essa sociedade foi idealizada pelo pastor Raiffeisen. Por conta de um inverno bastante forte os fazendeiros locais ficaram sem poder produzir ficando endividados e dependendo de agiotas que

cobravam taxas muito altas de empréstimos. O pastor Raiffeisen iniciou fornecimento de farinha de trigo para que os fazendeiros pudessem fabricar e vender pães a fim de obter capital de giro. Com a venda dos pães a associação foi crescendo e virou uma cooperativa de crédito para a população miserável. (PÁGINA DO MICROCRÉDITO, 2006, on-line).

Outra experiência de sucesso de microcrédito ocorreu em Quebec. No ano 1900, um gazeteiro da Assembleia Legislativa de Quebec desenvolveu as “Caisses Populaires”. Essa sociedade iniciou com apenas 12 amigos no qual juntaram 26 dólares canadenses e emprestaram para os mais pobres. Atualmente, as Caisses Populaires possui cinco milhões de pessoas em 1.329 mil agências. Em 1953, Walter Krump, dirigente de uma metalúrgica em Chicago nos Estados Unidos, criou os “Fundos de Ajuda” nos setores das fábricas. Nesse fundo cada operário contribuía mensalmente com apenas US\$ 1,00 que era destinado a ajudar os operários necessitados. Com o passar do tempo, os fundos foram se fortalecendo e se transformaram na “Liga do Crédito”. Após essa iniciativa outros fundos foram sendo criados nas fábricas de outros estados e constituindo a “Federação das Ligas de Crédito” e hoje operadas também em outros países. (PÁGINA DO MICROCRÉDITO, 2006, on-line).

A demonstração de uso do microcrédito mais conhecido internacionalmente é a respeito do projeto implantado em Bangladesh, uma das nações mais pobres do mundo. Em meados do ano de 1976 o economista e professor Muhammad Yunus, constatava que as pessoas que residiam próximas da universidade onde lecionava eram pobres não por opção, mas por conta de não poder acesso ao crédito junto a instituições financeiras tradicionais. Dessa forma, Yunus desenvolveu uma atividade juntamente com seus alunos de concessão de empréstimos de pequenos valores a essas pessoas e observou que muita delas começou a gerar renda para seu sustento com a utilização dos valores concedidos. O professor Yunus conseguiu criar um banco destinado a concessão de microcrédito chamado de Banco Grameen. Este banco foi um resultado do trabalho realizado pelo professor comprovando aos bancos privados internacionais que os pobres podem assumir empréstimo e conseguir honrar com os seus pagamentos. Dessa forma os bancos privados financiaram fundos para que o Grameen fosse criado (BRASIL, 2005).

Mahammad Yunus foi agraciado com vários prêmios internacionais por sua iniciativa de ajudar os pobres a saírem da miséria. O mais importante dos prêmios foi o Nobel da Paz em 2006 que fez com que o microcrédito se consolidasse ainda mais como uma política de diminuição da pobreza e geração de emprego e renda as comunidades miseráveis (BRASIL, 2008, p.7).

O microcrédito concedido pelo Banco Grameen é denominado Grameencredit que dentre suas características gerais podemos citar algumas mais importantes, tais como:

Promove o crédito como um direito humano, A sua missão é ajudar as famílias pobres a se ajudarem a superar a pobreza, especialmente as mulheres pobres; Garantias baseadas na confiança; Foi iniciado como um desafio ao sistema bancário convencional que rejeitou os pobres, classificando-as como "não credibilidade". Como resultado, rejeitou a metodologia básica do sistema bancário convencional e criou sua própria metodologia; Presta serviços na porta dos pobres com base no princípio de que as pessoas não devem ir ao banco, o banco deveria ir para o povo (GRAMEEN,2012,on-line).

Conforme o Grameen os pobres possuem habilidades não desenvolvidas sendo implicitas das quais precisam ser estimuladas a fim de conseguir o seu desenvolvimento e gerar atividades produtivas.

Ainda segundo o Grameen, os pobres são pobres não por falta de vontade de trabalho ou conhecimento e sim por falta de oportunidades e que a saída para a miséria é estimular as pessoas carentes a produzirem suas riquezas por meio de incentivos e informação e não por meio de caridades, conforme descrito no site do Banco Grameen:

Outra instituição financeira de microcrédito é o Banco Solidariedade S/A - Banco Sol-criado na Bolívia. Primeiramente, o microcrédito surgiu como um papel puramente social nesse país e com o tempo já era uma atividade de caráter empresarial. O Banco Sol iniciou suas atividades em 1986, por meio de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, denominada Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa – PRODEM-. O capital inicial foi proveniente de empresas locais, organizações não governamentais e governo. No ano de 1992 o Banco Sol já era uma instituição financeira comercial voltada exclusivamente para o microcrédito (BRASIL, 2005).

Sua linha de empréstimo é tanto voltada para o mercado de consumo como produção. Sendo que as garantias podem ser individuais ou solidárias.

Atualmente sua participação no setor bancário boliviano é de 40% e o PRODEM atua como fundo financeiro privado e é líder no desenvolvimento de microcrédito em áreas rurais da Bolívia (BRASIL, 2005).

## **2.2.2 Características do Microcrédito**

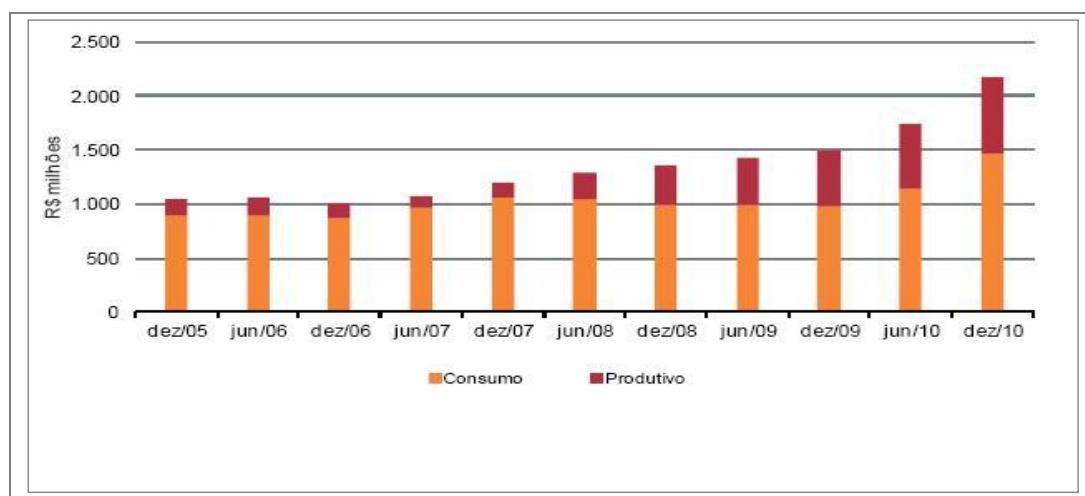
Segundo Monzoni (2006), existem três formas de microcrédito com características e público alvo distintos. Primeiramente, existe o microcrédito para população de baixa renda; o

microcrédito direcionado para a produção a fim de subsidiar pequenas atividades produtivas e por ultimo o microcrédito produtivo orientado – MPO – que também possui o objetivo de financiamento à produção, porém existe uma forte relação entre o agente de crédito e a instituição que concedeu o financiamento.

Ainda conforme Morzoni (2006) o microcrédito para população de baixa renda seria mais focado no crédito visando o consumo em geral, não destinado a cadeia produtiva. Objetivando apenas o fomento da economia local. O microcrédito produtivo de pequeno valor seria para empregar em atividades produtivas, mas sem nenhum acompanhamento ou orientação de consultores, diferentemente do microcrédito orientado no qual existe a figura do agente de crédito para devidas consultas e acompanhamento de sua aplicação.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) por meio da Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011 elaborou normas para a exigibilidade na concessão de microcrédito igual a 2% (dois por cento) dos depósitos à vista dos bancos múltiplos com carteira comercial. O principal ponto nessa resolução é referente ao microcrédito produtivo orientado que passou a ser destinado o percentual de pelo menos 80% dos recursos financeiros disponíveis para microcrédito a partir de 1º de julho de 2013.

Essa iniciativa do CMN vai fazer com que o perfil dos tomadores de microcrédito se modifique, pois atualmente a maior fatia de microcrédito disponibilizado está voltado principalmente para a atividade de consumo.



**Gráfico - 01. Composição da aplicação.**

Fonte: (BACEN, 2011)

Conforme o Gráfico-01 pode ser verificado que no mês de dezembro do ano de 2010 havia sido destinado cerca de 67% (sessenta e sete por cento) de microcrédito de consumo correspondendo o valor de R\$ 1.469,8 milhão e apenas R\$ 712,7 milhões para o crédito produtivo.

### 2.2.3 Microcrédito Produtivo Orientado

Em 25 de abril de 2005 pela Lei 11.110 o governo federal do Brasil desenvolveu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, que visa os seguintes objetivos:

Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2005, on-line).

O governo caracteriza microempreendedores a pessoa física ou jurídica empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil. O microcrédito produtivo orientado é destinado a essas pessoas concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (MTE, 2005, on-line).

Existem critérios a serem obedecidos para que as pessoas jurídica ou física, possam ser tomadoras de microcrédito produtivo orientado, segundo o Banco Central do Brasil, os tomadores devem atender os seguintes requisitos:

O atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, com vistas a seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e à sustentabilidade da atividade econômica; e o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto na Lei nº 11.110 (BRASIL, 2008, p. 24).

Conforme o BACEN (2005) as características fundamentais do microcrédito são referentes a ausência de garantias reais. O crédito concedido a microempreendedores de baixa renda que não possuem garantias reais para respaldá-los tem sido feito por duas maneiras, a primeira é garantido pelo aval solidário ou fiança solidária que é formado na reunião, de forma geral de três a cinco participantes com pequenos empreendimentos que necessitam de microcrédito. Essas pessoas possuem confiança uma nas outras para poder formar um grupo

solidário com o único objetivo de assumir as responsabilidades pelos créditos tomados por todo o grupo. Entretanto, existe outra opção para aqueles que não possuem aval ou fiança solidária que é a apresentação de um avalista/fiador que preencha os requisitos estabelecidos pela entidade financeira de microcrédito.

O tomador de microcrédito nem sempre utiliza o crédito como uma forma de investimento no seu empreendimento e que em alguns casos, ele tem receio de contrair uma dívida. Portanto, é necessário que o microcrédito tomado seja utilizado de uma forma assistida em que o agente de crédito possa fornecer orientações para a aplicação no seu ramo de negócio. A maneira em que o agente de crédito se relaciona com os tomadores, sua forma de linguagem, atitudes e abordagem são fundamentais para que haja sucesso no empreendimento.

O crédito tomado deverá ser adequado para o ramo de negócio. Tem que ser levado em consideração nas operações de concessão de crédito as diferenças que cada empreendimento possui. Algumas características são comuns nas operações de microcrédito que são os prazos de pagamentos curto em torno de semanas, quinzenas ou no máximo mensais, possibilidade de renovar o crédito tomado, em maior parte os créditos oferecidos são de pequenos valores como, por exemplo, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e os aumentos para a concessão de um novo empréstimo deverá ser feito considerando a capacidade de pagamento do tomador.

Na percepção do microempreendedor o custo de transação e de operacional é fundamental para a decisão de efetuar uma operação de empréstimo ou não. O tempo é um dos principais fatores para a decisão do tomador, haja vista que os pequenos negócios são geridos em maior parte por poucas pessoas onde o dono não possui muito tempo para se ausentar do empreendimento. O custo para conseguir dinheiro para as garantias também são importantes na hora de tomar o crédito. Por esses motivos o microempreendedor busca ao máximo reduzir os custos de transação que em muitos casos eles podem pesar mais do que os próprios custos financeiros.

Ainda segundo o BACEN (2005) o microcrédito é altamente reconhecido como uma forma positiva de diminuição da pobreza. Muita das vezes o empreendedor não possui acesso ao sistema bancário tradicional fazendo com que ele peça empréstimo à agiota com altas taxas de juros. O acesso ao microcrédito de forma continuada para empreendimentos com capital próprio mínimo deixa o negócio mais fortalecido e aumenta a renda familiar. Como resultado desse processo se tem a volta do filho para a escola, a ampliação de novos cômodos na residência do microempreendedor e melhorias na qualidade alimentar da família.

Segundo o SEBRAE(2012) as características fundamentais do microcrédito são bem diferentes dos empréstimos tradicionais tomados em instituições financeira privadas. Raramente o microcrédito é utilizado para financiar o consumo pessoal. O seu maior objetivo é o financiamento em atividades produtivas empreendedoras. O valor financiado tem que ser compatível com o ramo da atividade e sua capacidade de pagamento. Podendo ter o crédito renovado de forma crescente.

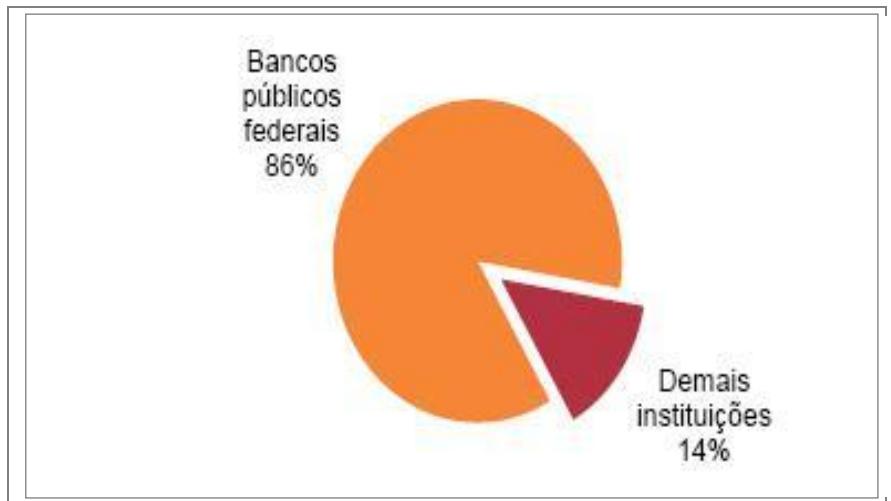
As taxas de juro são as aplicadas no mercado. As garantias exigidas pela entidade de microcrédito são o mais simples possível e de acordo com as condições do empreendedor. Dessa forma a solicitação de garantias reais é raramente aplicada. As formas de garantias mais utilizadas são o aval solidário que onde grupos de pessoas que tomam o crédito e prestam o aval solidariamente, e o aval individual sendo esse representado por pessoa geralmente conhecida.

Nas operações de microcrédito ainda segundo o SEBRAE (2012) são de curtíssimo prazo sempre levando em consideração o fluxo de caixa do empreendimento e a sua finalidade. Como, por exemplo, o capital de giro que ocorre de acordo com a venda das mercadorias ou forma de produção e comercialização. Em se tratando de compras de bens de capital a forma de pagamento poderá ser mais estendida objetivando os retornos financeiros do capital aplicado.

A liberação do empréstimo varia de cada entidade financeira. Entretanto, o crédito geralmente é rápido, pois busca o baixo custo de transação e oportunidade de negócio. A exigência de documentos e outras burocracias dependem de cada entidade de microcrédito, contudo, uma das características mais marcantes do microcrédito é a sua simplicidade na análise de crédito, aprovação e liberação do empréstimo.

O papel do agente de crédito é visitar o estabelecimento a fim de acompanhar a aplicação dos recursos tomados e o crescimento do negócio. Nessa condição o tomador de crédito poderá receber orientações do agente referentes ao gerenciamento do negócio de forma prática objetivando uma boa aplicação do recurso e êxito no microempreendimento. (SEBRAE, 2012, on-line).

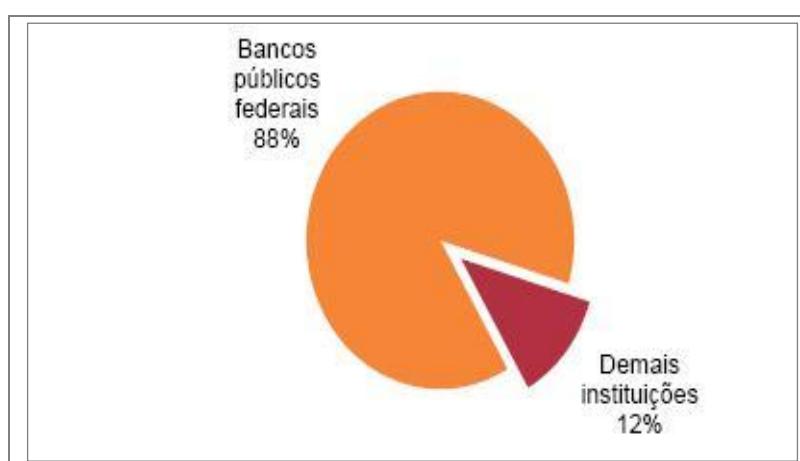
Abaixo é demonstrada em dois gráficos a participação dos bancos públicos federais nas concessões de microcrédito tanto para consumo como para a aplicação em atividades produtivas.



**Gráfico – 02 Aplicação em Microcrédito voltado para consumo**

Fonte: BACEN (2011)

Segundo BACEN (2011) os bancos públicos são ainda os maiores aplicadores em microcrédito destinado para produção e para o consumo, respondendo um total de 88% e 86% das operações respectivamente. Esse dado é de grande importância para essas instituições financeiras que tem como um grande exemplo BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com seu programa CrediAmigo, principal operador de microcrédito produtivo orientado do Brasil.



**Gráfico – 03 Aplicação em Microcrédito produtivo.**

Fonte: BACEN (2011)

Entretanto, o mercado de microcrédito nas instituições financeiras privadas tem que crescer, para que possa contribuir para o crescimento das operações e, portanto, o desenvolvimento econômico do País.

#### **2.2.4 Microcrédito no Brasil**

A primeira experiência em microcrédito no Brasil deu-se em 1973 nos Estados de Pernambuco e Bahia quando foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, denominada de UNO. Este programa foi desenvolvido por iniciativa de uma organização não governamental chamada AITE (ACCION INTERNATIONAL) participando também bancos privados e entidades empresariais locais. A UNO era uma organização não governamental (ONG) que desempenhava atividades na área de microcrédito e capacitação de trabalhadores informais de baixa renda com operações lastreadas por meio de ‘aval moral’. As linhas de créditos oferecidas para concessão de empréstimos foram inicialmente disponibilizadas por doações de instituições internacionais. Outra atividade desenvolvida pela UNO era referente à capacitação profissional dos tomadores de microcréditos. Os treinamentos eram baseados em desenvolvimentos de gerenciamentos e além dessa atividade eram realizadas pesquisas a respeito do perfil dos microempreendedores informais e os impactos gerados pela concessão dos empréstimos. Em consequência dessas atividades desenvolveu-se nessas cidades um grande fomento ao associativismo, com constituição de cooperativas, associações de artesãos e demandas por consumo. Tendo como resultado a UNO participou no financiamento de milhares empreendimentos naquelas cidades e treinou outras dezenas de pessoas contribuindo para seus desenvolvimentos profissionais dessas pessoas e com grandes conhecimentos em microcrédito para ares informal por muitos anos sendo a maior referência em programas de microcrédito na América latina. Mesmo o programa UNO sendo um grande difusor do conceito de microcrédito no País, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais, após dezoito anos de atuação foi extinto por conta de não conseguir a sua autossustentabilidade financeira (BRASIL, 2005).

Por não ter incorporado conceitos e práticas que permitissem sua autossustentação, o Programa UNO desaparece em 1991. (QUINTINO, 2005).

No ano de 1987 foi desenvolvido o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS) em Porto Alegre – RS, constituído sob a forma de organização não governamental. O Centro Ana Terra contou com o apoio do Banco Mundial para a constituição do seu fundo para concessão de empréstimos. CEAPE se espalhou por vários

estados brasileiros, hoje está presente em dozes estados. O sucesso dos CEAPE's foi tanto que no ano de 1990 foi constituída a Federação Nacional de Apoios aos Empreendedores (FENAPE) que atualmente é a CEAPE nacional. Os centros são desenvolvidos com a metodologia independente uns dos outros, mas sempre no foco do microcrédito orientado, ideia de sustentabilidade com apoio principalmente as pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional (BRASIL, 2005).

Portanto, pode-se ainda citar várias outras instituições financeiras solidárias de apoio ao desenvolvimento econômico de empreendimento solidário. Como no caso do Banco da Mulher que foi outro empreendimento solidário criado no ano de 1989, também apoiado pelo Banco Mundial junto com a UNICEF que teve como principal objetivo o apoio as atividades realizadas pelo público feminino.

O CrediAmigo, criado em 1998 pelo Banco do Nordeste do Brasil, tem como objetivo de concessão de empréstimo de pequeno valores a empreendedores da região nordeste, norte de Minas Gerais, e Espírito Santos. Também baseado na política de grupos solidários e assessoramento aos tomadores de crédito. Atualmente o Banco do Nordeste é o maior operador de microcrédito no País com o seu programa CrediAmigo. Em 2011 foram totalizados 2.246.905 operações de microcrédito se do desembolsado o valor de R\$ 2.975.8 milhões de reais (BNB, 2011, on-line).

A Portosol, criada no ano de 1995 em Porto Alegre- RS, apoiado pela prefeitura do seu município juntamente com entidades de sociedade civil é hoje uma instituição de referência na criação de várias outras entidades solidárias de microcrédito. Suas linhas de empréstimos são tanto para capital de giro como para capital fixo (compra de máquinas, equipamentos, reformas e ampliações). As garantias são baseadas no aval solidário, simples, cheques ou alienação de bens. Os recursos para a criação do seu fundo de empréstimo foi apoiado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ – pela Inter American Foundation – IAF- e de financiamentos do BNDES e SEBRAE (BRASIL, 2005).

A demanda por microcrédito é muito elevada no País, segundo Banco Central do Brasil, estima-se que exista no País cerca de dezesseis milhões de pequenas unidades produtivas demandante de microcrédito nas quais treze milhões são formados por microempreendedores autônomos. Dentre esses 13 milhões, sete milhões seriam demandantes fixos de microcrédito que, passando isso para valores expressos em moeda, a cifra seria de 12 bilhões de reais que representaria aproximadamente 1% do PIB do Brasil (BRASIL, 2008).

Entretanto, a oferta de microcrédito é muito pequena em relação ao tamanho da economia brasileira. Conforme estudos realizados apontam que todas as entidades de microcrédito atendem apenas a 3% da demanda. Nota-se que é preciso uma política de estímulo a criação de entidades solidárias que é de suma importância para o crescimento das concessões de microcrédito no País. (BRASIL, 2005)

Outro problema a ser superado em relação a política de microcrédito é referente a grande dependência das entidades dos “*funding*” permanentes e na incapacidade de captar poupança junto a população, pois a maior parte das entidades solidárias não possuem regularização de organização financeira capaz de captar poupança. Para superar esse entrave se faz necessário urgentemente a regularização, por meio do poder público, das entidades de microcrédito para que essas possam ter poder de criação de poupança igualmente a Bancos tradicionais. (BRASIL, 2009)

Enquanto a regularização não é feita por parte do poder público, uma medida de superar o problema de capitalização das entidades de microcrédito seria o repasse de fundos por parte dos bancos comerciais para serem destinados a concessão de crédito ou na destinação de uma fração do depósito compulsório para concessão de microcrédito. Segundo Banco Central do Brasil (BRASIL, 2009, p.46) “é inconcebível que bilhões de reais da exigibilidade continuem retidos, enquanto a demanda por recursos é elevada e há instituições historicamente qualificadas para aplicá-los, bem como metodologia testada e assimilada”.

### **2.3. Bancos Comunitários**

Os bancos comunitários são instituições que atuam na área de microcrédito. O que diferencia de outras instituições financeiras é que eles são coordenados e a gestão de todos os seus recursos é feita por uma organização comunitária. Com o uso do microcrédito a juros bastante baixo a produção e o consumo local proporcionam a criação de emprego e renda para a comunidade. Outra situação que diferencia os bancos comunitários dos bancos comerciais é que a concessão de crédito e a sua cobrança são baseadas em relação de vizinhança num modelo que é mais social do que econômico. (SILVA JÚNIOR, 2007)

Outra definição de banco comunitário foi elaborada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizada nos dias 18 e 21 de abril de 2007 em Iparana no estado do Ceará. Na ocasião foi definido o seguinte conceito a bancos comunitários conforme a Federação Brasileira de Economia Solidária – FBES-: “Bancos comunitários são serviços

financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária". (FBES, 2007, on-line).

No mesmo contexto a Secretaria Nacional de Economia solidária (MTE, 2012, on-line) conceitua Bancos Comunitários de Desenvolvimentos como:

Projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão.

Conforme João Joaquim de Melo Neto, coordenador da rede brasileira de bancos comunitários, em entrevista dada ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP-, o conceito para bancos comunitários seria "a prestação de serviços solidários, financeiros, em rede, de natureza associativa e comunitária, destinados a reorganizar as finanças locais, na perspectiva da economia solidária".

Um elemento fundamental para a criação de um banco comunitário em uma comunidade é o desejo da comunidade, segundo Silva Júnior, (2007) "[...] O início se dar a partir de um desejo intrínseco da comunidade ainda que exista uma motivação e processo de excitação por agentes externos. É a partir do desejo da comunidade que se inicia o processo de implantação do banco [...]".

Nos bancos comunitários existem vários fatores que deverão ser levados em conta para a sua constituição. Primeiramente, além da iniciativa para a construção da instituição deverá partir diretamente do interesse da comunidade carente, outros requisitos devem ser atendidos, tais como: a formação de fundo financeiro para início das atividades de empréstimos de microcrédito, recursos financeiros para as despesas operacionais do banco, a organização comunitária em forma de conselhos ou associações que esta possa assumir a gestão da entidade e pessoas com conhecimento na área de finanças, gestão de crédito e gerentes. Além dos trabalhos realizados pelo banco comunitários a respeito da concessão de microcrédito a instituição também proporciona a comunidade na qual está inserido programas de profissionalização, assessoria em técnicas de produção além de apoiar empreendimentos tais como feiras, mercadinhos, lojas e bodegas. (SILVA JÚNIOR, 2007)

Tendo em vista o seu papel social e baseado nos princípios da economia solidária os bancos comunitários realizam a inclusão financeira das pessoas sem acesso aos bancos capitalistas.

### **2.3.1 Aspectos Históricos**

Os bancos comunitários surgiram no Ceará inicialmente pelo Banco Palmas no bairro do conjunto Palmeiras (Fortaleza-CE). A ideia de se criar um banco foi elaborada pela associação dos moradores do bairro a fim de gerar melhorias para a comunidade que se viam sem acesso aos bancos tradicionais. A linha de crédito oferecida pelo banco é direcionada para o consumo da comunidade e também para investimentos em produção local. Também disponibiliza para a sociedade cartão de crédito, projetos sociais, criação de micro empresa juntamente com a população dentre outras atividades (BANCO PALMAS, 2012, on-line).

O Banco Palmas no ano de 2005 foi ganhador do prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. A partir daí outras comunidades em todo o País tiveram interesse em criar uma instituição com a mesma metodologia do Banco Palmas. No mesmo ano a SENAE e o Banco Palmas criaram uma parceria a fim de difundir a prática de economia solidária no Brasil.

Segundo João Joaquim de Melo Neto, os bancos comunitários no ano de 2007 atenderam cerca de cinco mil famílias por meio de concessão de microcrédito e capacitação profissional. No mesmo ano foi emprestado um valor estimado de um milhão de reais e abertas mais de três mil contas correntes a pessoas que nunca possuíram uma conta bancária. Ainda no mesmo ano foram abertas, com ajuda dos bancos comunitários, 15 microempresas de vários ramos de atividade, tais como: confecção, sapataria, artesanatos, material de limpeza, doces e salgado, dentre outras (NETO, 2008, on-line).

Atualmente, no Brasil existem cerca de cinquenta e um bancos comunitários em nove estados sendo que a grande parte está localizada no estado do Ceará que engloba 28 entidades financeiras comunitárias e que todos fazem parte da rede brasileira de bancos comunitários, criada e organizada pelo Instituto Palmas. A cada ano essas entidades que fazem parte da rede são obrigadas a prestarem conta do balanço anual das atividades realizadas. Somente após um rigoroso processo de formação o banco comunitário receberá um selo e certificação no qual prova que esse banco está apto a atuar na concessão de crédito junto à comunidade (BANCO PALMAS, on-line).

Ainda segundo Joaquim de Melo Neto (2012), o número de bancos comunitários irá crescer cada vez mais, a sua pretensão é de implantar um banco comunitário em cada município cearense até o ano de 2014. Melo Neto afirma ainda que a escolha para a implantação dos bancos nos municípios cearenses se dará pelo baixo índice de desenvolvimento humano – IDH (INVESTNE,2012, on-line).

### **2.3.10 Principais dificuldades para o crescimento dos Bancos Comunitários**

A faltas de uma regulamentação para atender as necessidades dessas instituições é um problema que tem afetado o desenvolvimento dos BCD (Bancos Comunitários de Desenvolvimentos). Por não ser um banco oficial os BCD não podem captar poupança de seus clientes, dessa forma eles ficam descapitalizados gerando um problema, pois pela falta de captação eles ficam sem recursos financeiros disponíveis para poder desenvolver a atividade mais tradicional de um banco que é emprestar dinheiro a juros mais alto do que concede nas aplicações dos seus clientes.

Segundo Banco Palmas (2012, on-line) as maiores dificuldades de desenvolvimento dos BCD são as de cultivar nos moradores a cultura da solidariedade e valorização dos produtos locais, pois dessa forma a comunidade se torna uma sociedade improdutiva em que seus produtos não são comercializados por falta de interesse da população; a dificuldade do acesso a tecnologia por parte das empresas financiadas pelo banco, principalmente as pequenas indústrias, haja vista que por serem pequenas empresas não possuem capital disponível para investir em desenvolvimentos de tecnologias, muita dessas empresas ainda utilizam a forma manual em seu processo de produção; obter carteira de crédito a juros muito baixos (ou subsidiados) para atender a população de baixa renda isso repercute na falta de recursos dos BCD que acabam não conseguindo atender a demanda por crédito; profissionalizar a equipe principalmente nos elementos de gestão e a ausência de políticas públicas específicas e o reduzido apoio do governo.

Ainda segundo o Banco Palmas (2012), os BCD lutam para que o projeto de Lei Complementar no. 93 de 2007 de autoria da Deputada Luiza Erundina seja aprovada. Tal lei estabelece a criação do segmento nacional de finanças populares solidárias dessa forma os BCD conseguiriam uma regulamentação governamental que tanto buscam.

Os Bancos Comunitários utilizam a moeda social como ferramenta para fomentar o desenvolvimento local que visa à concentração de riqueza na própria comunidade.

### 2.3.2 Moeda Social

No Brasil a moeda oficial é o real, mas atualmente circulam cerca de cinquenta e uma moedas em todo território brasileiro que também gera lucro, emprego e renda população. Tratam-se das moedas sociais elaboradas pelos vários bancos comunitários espalhados no Brasil. Essas moedas geralmente possuem valor de 1 para 1 em reais.

Elas funcionam da seguinte forma, primeiro o morador troca seu dinheiro em reais por moeda social na sede da instituição comunitária. Logo após o mesmo morador utiliza essa moeda social para compra de produtos em estabelecimento da própria comunidade. Muitas dessas compras são realizadas com desconto do estabelecimento comercial que geram em torno de 5 a 20 por cento dependendo do produto. Em seguida o comerciante pode trocar a moeda social recebida por reais na própria sede do banco comunitário (COMPETJ, 2010, on-line).

Com a utilização da moeda social, todos possuem um ganho, tanto o morador quanto comerciante, pois o morador possui um desconto no produto e não precisa se deslocar para fora da comunidade para realizar suas compras, o comerciante fideliza o cliente e por consequência a comunidade aumenta o desenvolvimento de sua economia local.

O objetivo principal da moeda social é fazer com que o dinheiro circule dentro da comunidade, fazendo uma concentração de renda. Algumas características são essenciais para as moedas sociais, segundo o Banco Palmas.

O circulante local tem lastro na moeda nacional, o Real. Ou seja, para cada moeda emitida, existe no Banco comunitário, um correspondente em Real. As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro. Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro. A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade (BANCO PALMAS, 2007, on-line).

Ainda conforme o Banco Palmas (2007), As formas de um produtor ou morador conseguir acesso à moeda social circulante local são:

Fazendo empréstimos em moeda social no Banco Comunitário. Sem juros; Prestando serviço para alguém da comunidade que tenha o circulante local; Trocando reais por circulante local, diretamente, na sede do Banco Comunitário; Sendo membro de algum empreendimento produtivo, percebendo seus resultados 90% em moeda real e 10% em moeda social, mediante o acordo com todos. (Banco Palmas, 2007, on-line).

Para que sejam produzidas as moedas sociais os bancos comunitários precisam respeitar todos os critérios de segurança de uma moeda oficial e toda a tiragem é informada ao Banco Central do Brasil pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Conforme descrito em entrevista por Melo Neto:

[...] são emitidas com extremo controle de segurança, tem tarja holográfica, infravermelho, números seriais, código de barras, enfim os sete elementos de segurança, e todas levam o selo de certificação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Essas moedas circulantes nos municípios e nos bairros onde há bancos comunitários são certificadas pela Rede. O banco comunitário informa ao Banco Central dados sobre circulação das moedas, quais estão surgindo, qual o volume de moeda em circulação. (COMPERJ,2008, on-line)

Isso é importante para que não possa haver falsificação do dinheiro social que acarretaria em sérios danos a entidade de microcrédito.

### **2.3.3 A gestão dos Bancos Comunitários**

Os bancos comunitários em sua maioria das vezes são originados na comunidade por meio de uma organização social, seja por associações de moradores ou mesmo um assentamento ou algo do tipo. Diante desse fato parte-se da ideia que essas entidades financeiras são criadas pela própria comunidade que se vê na necessidade de melhorar de vida.

A sua gestão é exclusivamente feita pelos próprios moradores que sabem melhor do que ninguém suas expectativas e necessidades e onde poderia alocar os recursos disponíveis a fim de alavancar a economia local. Existe também a criação de um conselho social ou até mesmo um fórum social para a gestão do banco e seus membros são pessoas da própria comunidade que segundo Joaquim de Melo Neto “O banco comunitário é sempre assim: gerido por uma organização comunitária local e com um conselho, um fórum ou uma articulação maior para fazer o controle social. Os membros dos fóruns são produtores, comerciantes, lideranças, e, às vezes, um padre, um pastor, um diretor de escola” (Melo, 2008, on-line) .

Outro componente de suma importância na administração da entidade solidária é o agente de crédito. É ele quem faz a análise de crédito do cliente e verifica a capacidade de pagamento do mesmo. Ele faz parte da própria comunidade assistida pelo banco comunitário. Um grande conhecedor das necessidades locais é o agente de crédito que, em muitas vezes,

atua também como um consultor de investimento apoiando o tomador de empréstimo na aplicação dos recursos adquirido (NETO, 2008, on-line).

Dentre suas características a mais importante é a de profundo conhecedor da comunidade, conforme Melo Neto (2008, on-line): [...] “são profundos conhecedores do local onde moram. E quando digo conhecedor, não é porque pegou um livro e leu, mas porque viveu naquele local, tem sua tradição, sua raiz, conhece a dinâmica, cultura, a economia do local. A primeira característica é essa: é um conhecedor do local”[...].

#### **2.3.4 Rede Brasileira de Bancos Comunitários**

No ano de 2005 o Ministério do Trabalho através da SENAE se juntou com o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil a fim de difundir a ideia de bancos comunitários no restante do País. Durante o ano de 2005 a 2008 foram criados 16 bancos comunitários no Brasil. Cada banco possui sua autonomia administrativa e financeira. Mas eles fazem parte de uma rede denominada Rede Brasileira de Bancos Comunitários (NETO, 2008, on-line).

Essa rede possui várias funções dentre as quais de gerar informações e trocas de conhecimentos, tecnologias e capacitações. O grande objetivo é de fazer com os municípios, onde possui um banco comunitário integrado à rede, possam realizar compras e vendas de insumos um do outro gerando aumento na economia local (NETO, 2008, on-line).

A rede também está atuando fortemente na criação de um marco legal para os bancos comunitários. Essas entidades não possuem uma legislação específica ainda sofre por conta disso. A intenção é de criar um sistema nacional de economia solidária conforme Melo Neto:

A rede também tem uma grande tarefa no Brasil que é a de criar o marco legal dos bancos comunitários. Esses bancos não têm hoje uma legislação que regulamente tudo isso. Estamos colocando um peso muito grande no marco legal. Estamos no Conselho Nacional de Economia Solidária, que é um conselho nomeado pela Presidência da República, ajudando a criar o sistema nacional de finanças solidárias, que vai possibilitar recursos, tecnologias, treinamento para esses bancos. (Melo, 2008, on-line).

Outro objetivo dessa rede é de inclusão financeira das populações que não possuem acesso aos bancos tradicionais. Não se faz necessário que seja um município ou até mesmo um assentamento de sem terras, pois um banco comunitário poderá atendê-los. Também por meio da rede será feito um estudo dos municípios a fim de verificar o potencial econômico e investir nessa atividade e aperfeiçoá-la. Cada cidade possui seu potencial seja no artesanato, pescaria, produção de especiarias, etc.

### 2.3.5 Inclusão Financeira

Entres os objetivos a serem alcançados pelos bancos comunitários está um dos mais importantes que é a inclusão financeira e social das comunidades carentes. Atualmente, para possuir uma conta bancária em instituições financeiras tradicionais requer um custo para manutenção da mesma que os bancos cobram. Diante desse fato muitas pessoas não podem arcar com esses gastos e ficam sem poder ter acesso ao sistema bancário. Segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2011) a porcentagem de pessoas que não possuem conta bancária no País é de aproximadamente 40%.

No ano de 2011 o BACEN comemorou dez anos de iniciativas em promover a inclusão financeira, democratizando o acesso ao crédito no Brasil. Desde então foram realizados quatorze eventos que foram sete referentes a seminários sobre microfinanças dois referentes a microcrédito, dois seminários internacionais e, por fim, três fóruns a respeito do tema. Para o BACEN a inclusão financeira possui o seguinte conceito: “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para sua qualidade de vida” (BRASIL, 2011, pg. 07).

[...] a promoção da inclusão financeira da população constitui ação estratégica para a economia brasileira e é requisito fundamental para a manutenção da estabilidade econômica e da eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), favorecendo a eficácia de instrumentos de política monetária. (BRASIL, 2011, p.03)

Segundo o BACEN a inclusão financeira não é caracterizada apenas por meio de abertura de conta corrente, aquisição de cartão de crédito e nem por meio de realização de pagamentos em agências bancárias, pois a pessoa que está fazendo um pagamento em um banco está apenas utilizando o serviço financeiro e não necessariamente está incluído no sistema ao todo. Para que a inclusão financeira se materialize o governo deseja que a população tenha acesso aos produtos bancários tais como micros seguros, previdência privada e mercado de capitais. Conforme afirmado pelo chefe do Departamento de Normas do BACEN Sérgio Odilon dos Anjos:

As pessoas que querem ingressar no sistema financeiro têm todas as condições. O que a gente precisa é ampliar um pouco esse debate para outros temas que também dizem respeito à inclusão. A inclusão não é só financeira, não é só conta-corrente, nem só crédito. É micro seguro, mercado de capitais e é previdência(BRASIL,2012,ON-LINE)

Uma medida de aumentar a inclusão financeira no País destaca-se as várias alternativas realizadas pelo BACEN. Destacam-se dentre outras medidas a criação das contas simplificadas por meio da Resolução nº 3.104 de 25 de junho de 2003 (conta de depósito) e Resolução nº 3.113 de 31 de julho de 2003 (conta poupança) e por depois a Resolução nº 3.211 de 30 de junho de 2004 que revogou as anteriores. Também as normatizações dos correspondentes bancários por meio da Resolução nº 3.156 de 17 de dezembro de 2003 contribuíram para a democratização dos serviços bancários (BRASIL, 2009, p.18). Outra forma de ampliar os serviços bancários às comunidades foi o aumento da relação do BACEN junto às cooperativas de crédito e o desenvolvimento da Sociedade de Crédito ao Micro empreendedor (SCM).

### **2.3.6 Contas Simplificadas**

As contas simplificadas são contas de depósito à vista criadas pelo governo a fim de popularizar as contas bancárias no Brasil. Essas contas possuem características diferentes das contas tradicionais. Elas podem apenas receber o valor de no máximo R\$ 2.000 (dois mil reais) por mês, não são movimentadas por meio de talão de cheque, o titular na pode ter conta-corrente em outra instituição financeira a mesma só poderá ser movimentada apenas por cartão eletrônico. Caso a conta especial receba um valor superior a R\$ 5.000 (cinco mil reais) ou registrar um saldo no mesmo valor a qualquer tempo, a conta será bloqueada pela instituição financeira para verificação do motivo da ocorrência.

Essas contas não possuem custo de manutenção e têm direito a cada mês quatro saques, quatro extratos, e quatro depósitos (BRASIL, 2004).

Desde a criação das contas simplificadas no ano de 2003 a Caixa Econômica Federal já abriu mais de 10 milhões de contas simplificadas no País, desse número 7,3 milhões estão ativas e movimentaram um montante oito bilhões de reais em quarenta milhões de transações somente no ano de 2010 (BRASIL, 2010, on-line). Diante desse cenário os correspondentes bancários atuam fortemente para a inclusão financeira da sociedade.

## 2.37 Correspondentes Bancários

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, torna-se de fundamental importância a existência de mecanismos que facilitem a remessa de recursos para as mais diversas regiões, principalmente para aquelas cuja realidade socioeconômica torna inviável a existência de entidades financeiras. (BRASIL, 2004, p.34)

Correspondentes bancários são instituições prestadoras de serviços bancários que visam diminuir a demanda de clientes nas agências bancárias e também aumentar a capilaridade desses serviços contribuindo para a inclusão financeira. Com um menor investimento para sua constituição os correspondentes bancários conseguem oferecer um serviço que atenda as necessidades dos usuários com horários mais flexíveis do que uma agência bancária gerando conveniência e economia para os mesmos.

Segundo BACEN (2012, on-line) correspondentes bancários são:

[...] empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal.

Ainda segundo o BACEN (2012), os serviços que um correspondente bancário pode oferecer são variados. Pode um correspondente bancário iniciar processo de abertura de conta-corrente, receber pagamentos e realizar transferências eletrônica de dinheiro, realizar ordens de pagamentos, intermediar operações de crédito e arrendamento mercantil, encaminhar proposta de fornecimento de cartão de crédito, serviços de cadastramento de clientes, atuar no mercado de câmbio, vendendo e comprando moedas estrangeiras e vários outros serviços que um banco tradicional possa fazer o correspondente bancário tem permissão do Banco Central para realizar.

A demanda por serviços bancários faz crescer cada vez mais o número dos correspondentes bancários no Brasil, de acordo com o BACEN, o número de instituições autorizadas a funcionarem como correspondentes bancários cresceram de 95. 849 no final do ano de 2007 para 163. 569 em 1º de setembro de 2010, um aumento de 70,6%. (AGÊNCIA BRASIL, 2010, on-line). A sociedade de crédito ao microempreendedor é um dos principais correspondentes bancário de microcrédito no Brasil.

### **2.3.8 Sociedade de Crédito ao Microempreendedor**

A Sociedade de crédito ao microempreendedor é uma entidade regulamentada pelo BACEN que tem como foco o microcrédito produtivo. Essas sociedades tinham permissão para negociar empréstimos no valor de até R\$ 10.000 (dez mil reais) para cada cliente. Entretanto, a resolução do BACEN de número 3.567 de maio de 2008 ampliou a concessão de empréstimos oferecidos por essas entidades a empresas de pequeno porte e modificou sua denominação para “Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte” que também alterou o valor a ser concedido como empréstimo no teto de 5% do valor do patrimônio líquido da entidade. (BRASIL, 2009, p. 19).

Outra forma de estímulo a microfinanças no Brasil foi a elaboração da Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003 que destinou parte dos depósitos à vista dos bancos tradicionais à operação de microcrédito. A parcela que não é aplicada na atividade de microcrédito fica depositada no BACEN sem nenhuma remuneração. Dessa forma os bancos tem interesse em utilizar esses valores para concessão de empréstimo a fim de ganhar com os juros ainda que sejam pequenos. (BRASIL, 2009, p. 19)

### **3. METODOLOGIA**

Nesta seção são apresentados os aspectos metodológicos para a realização do estudo de caso. No item 3.1 está caracterizada a área geográfica em estudo. O item 3.2 informa o método e o tipo de pesquisa utilizada. As fontes de dados são apresentadas no item 3.3.

#### **3.1 Área geográfica em estudo**

O Município de Maracanaú ocupa uma área de 105, 696 Km<sup>2</sup> e está localizado a 15 Km da cidade de Fortaleza. Maracanaú figurou como parte de Maranguape, até que nos anos 1970 foi escolhido para sediar o Distrito Industrial de Fortaleza e em 1983 emancipou-se definitivamente de Maranguape, por meio da Lei estadual no. 10.811.

Maracanaú é o terceiro maior município, em termos de contingente populacional, da chamada grande Fortaleza e é o quarto município mais populoso do estado. A economia de Maracanaú está centralizada fundamentalmente no setor industrial e possui a segunda maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Ceará, ficando atrás apenas da cidade de Fortaleza.

Segundo o censo de 2010, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Maracanaú surge com 209.057 habitantes, sendo que 207.623 deles habitam na sede do município e 1.434 na zona rural. Ainda de acordo com o censo do IBGE (2010), são 102.078 representantes do sexo masculino (48,83%) e 106.979 representantes pelo sexo feminino (51,17%).

O Banco Paju - Banco Comunitário de Pajuçara, fundado em 2006, está sediado no distrito de Pajuçara, localizado no município de Maracanaú – Ceará. Em Pajuçara, o que vale é o Maracanã, a moeda social implantada pelo Banco Paju.

#### **3.2 Método e tipo de pesquisa**

Esta é um estudo de caso de cunho quali-quantitativo. Os dados foram coletados em forma de questionário. Mas, também foi feita entrevista, não estruturada, para obtenção de informações complementares.

As definições para estudo de caso são várias. Segundo Severino (2007, p. 121) estudo de caso é:

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral.

### 3.3 Fonte de dados

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa foram utilizados dados primários e secundários. Antes de realizar a pesquisa de campo, um levantamento bibliográfico foi realizado objetivando a identificação de base de dados secundários que mostrassem o cenário da economia solidária no mundo, no Brasil e no Ceará no período recente.

As fontes pesquisadas para a obtenção dessas informações foram o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, BNB – Banco do Nordeste do Brasil e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e BACEN – Banco Central do Brasil.

A coleta de dados primários foi feita através da aplicação de questionários estruturados em uma amostra composta de 10 tomadores de crédito do Banco Paju, conforme apresentado no apêndice A e B. A quantidade de 10 tomadores ocorreu por fornecimento da entidade financeira no qual disponibilizou esse total para ser realizada a pesquisa.

Também foi feito uma entrevista com a coordenadora do Banco Paju para obter as informações sobre a criação, gestão e forma de atuação do Banco, projetos sociais e financeiros desenvolvidos. Busca caracterizar o empreendimento quanto ao tempo de operação no mercado e principalmente, sua relação com a comunidade.

Segundo Ruiz (apud Andrade, 2004, p. 34):

Entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinar fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento. Portanto, não só os quesitos da pesquisa devem ser muito bem elaborados, mas também o informante deve ser criteriosamente selecionado.

O questionário foi aplicado aos tomadores de microcrédito na região do distrito de Pajuçara e pretende identificar de que forma positiva ou negativa o Banco Paju influenciou em seus micros empreendimentos ou serviços.

O questionário foi uma forma útil de apurar informações em um intervalo de tempo relativamente pequeno que conforme Marconi (1990) o questionário é uma forma de coletar dados, formado por uma série ordenada de perguntas, na qual devem ser respondidas por escrito. Ainda segundo Marconi (1990) as vantagens de um questionário são várias, tais como economia de tempo, respostas rápidas e mais precisas, capacidade de abordagem de áreas mais amplas e segurança, pois as respostas não são identificadas.

## 4. BANCO PAJU: UM ESTUDO DE CASO

### 4.1. O Bairro Pajuçara

O distrito de Pajuçara está localizado no município de Maracanaú – Ceará. Em meados do ano de 1648 os colonizadores entravam em contato com os primeiros habitantes desse município que eram os índios das tribos Jacanaú, Mucunã e Cágado. Em 1870 a população começa a se desenvolver por volta da lagoa de Maracanaú e depois das lagoas de Jacanaú e Pajuçara. Com a criação da linha férrea no município de Maranguape, no ano de 1875, foi feito uma luta para que fosse estendida até o povoado que a partir de então se tornou Vila do Santo Antônio do Pitaguri em maio de 1882. Logo após Maracanaú tornou-se distrito de Maranguape em 1906. Maranguape conquistou o então distrito de Rodolfo Teófilo (Pajuçara) que pertencia a cidade de Fortaleza no ano de 1938. Com o passar dos anos houve várias tentativas de emancipação de Maracanaú que só veio a conquistar no ano de 1983 por meio da Lei estadual nº. 10.811. Atualmente, o município de Maracanaú é o terceiro maior colocado em termos de contingente populacional formado pela grande Fortaleza, abaixo somente de Fortaleza e Caucaia. É o quarto município mais populoso do estado, possui a segunda maior economia e também é o segundo maior exportador do Ceará. (MARACANAÚ,2009, on-line)

#### 4.1.2 Manifestações Sociais

Devido a precariedade dos serviços prestados pelo poder público nas áreas de moradia, transporte coletivo, saneamento e segurança; a comunidade entendeu que seria preciso uma entidade organizada a fim de desenvolver ações em defesa de seus direitos. A comunidade compreendeu que juntos poderiam gerar maior mobilização a fim de conseguir que seus pedidos por melhorias sejam atendidos.

Diante desses fatos foi criada a Associação dos Moradores da Área Verde da Pajuçara no ano de 2002. No mesmo ano foi realizada uma campanha em combate à fome e manifestações em defesa à moradia, saneamento básico e segurança pública.

No ano de 2003 as primeiras conquistas das reivindicações foram alcançadas, fazendo com que mais pessoas aderissem às manifestações sociais. Com o alcance desses objetivos a comunidade entendeu que juntos poderiam conquistar mais melhorias e a partir de então foram aparecendo os primeiros projetos sociais.

O primeiro projeto foi criado focado nas crianças do bairro tal como criação da creche escola Luiz Sales Regadas. Em 2005 com um novo grupo político no poder do município, uma nova gestão foi sendo desenvolvida, com maior interesse no bem-estar social, e mais proximidade com a comunidade.

Dois novos projetos foram criados juntamente com a prefeitura que foram a coordenação do polo ABC, entidade pública com vista a desenvolvimento de crianças e adolescentes aumentando de 120 pra 680 atendimentos por mês e a criação do primeiro fórum social com o tema: “Desemprego, Moradia e Transporte” no ano de 2006. Desses eventos realizados foram retiradas novas propostas e ideias a serem desenvolvidas e parcerias a serem criadas.

A criação do banco comunitário se deu por conta de vários fatores. O grande índice de desemprego na comunidade, a falta de acesso aos bancos e a demanda de crédito para os microempreendedores foram os fatores primordiais.

Essa foi a solução encontrada a fim de atender a grande parte da população do bairro que não tinha acesso aos bancos tradicionais ou que não tinha como comprovar uma renda, bens para hipotecar, garantias reias, aplicações financeiras, etc.

Portanto, a falta de garantias se torna o fator principal no processo de exclusão ou inclusão financeira e bancária, haja vista que a falta do crédito para o fomento das atividades econômicas, faz com que a população local fique à margem do processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento do Banco Paju se deu com o apoio do primeiro Banco Comunitário Palmas, Banco do Brasil e prefeitura do Maracanaú; tendo como o seu maior propósito o fortalecimento da economia local.

O sistema de bancos comunitários, criado pelo Banco Palmas, foi aplicado na comunidade da Pajuçara, aonde, cada vez mais, vem fortalecendo suas ações de inclusão financeira e social por meio de projetos que visam melhorias na comunidade, criando uma rede de solidariedade e desenvolvendo a economia local por meio da metodologia da economia solidária onde que a própria comunidade gerencia a sua própria instituição financeira.

No ano de 2007 foi realizado o II grande fórum de discussão, chamado de: “Transporte Para Todos” uma manifestação social onde a comunidade visou protestar a respeito da precariedade do sistema de transporte coletivo oferecido a população.

Essa manifestação conseguiu mobilizar vários agentes, tais como o governo, empresa de transporte coletivo e a comunidade. Esse encontro fortaleceu ainda mais a entidade, dando mais disposição às pessoas de buscarem melhorias e percebendo que juntos podiam alavancar ainda mais benefícios para a comunidade.

Ainda no ano de 2007 foi realizado a “I Feira Solidária do Banco Paju” que deu maior divulgação dos serviços bancários oferecidos por essa instituição e conseguiu maior apoio da população. Já no ano de 2008 a Associação dos Moradores da Área Verde da Pajuçara transformou-se no Instituto Paju de Socioeconomia Solidária.

Em 2009 o Banco Paju realizou juntamente com a Universidade Federal do Ceará e com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego a capacitação de 25 (vinte e cinco) microempreendedores na área de gestão de empresas e microcrédito produtivo com parceria do Instituto Palmas.

#### **4.2 A criação e números do Banco Paju**

O Banco Paju foi criado em dezembro de 2006 para a sua criação houve o apoio do banco comunitário Palmas, com apoio também do Banco do Brasil e da prefeitura de Maracanaú. O Banco Paju nasceu com a intenção de melhorias da comunidade e desenvolvimento da economia local.

A metodologia de bancos comunitários garante o controle social de suas ações, atua de forma descentralizada, criando redes territoriais de produção e consumo, articulando ações bancária e de crédito, com a lógica de economia solidária e do desenvolvimento local assim com o fortalecimento do protagonismo da comunidade que cria e gerencia o seu próprio banco comunitário. (BANCO PAJU,2012,ON-LINE)

Ao longo dos seis anos de sua existência o Banco Paju obteve vários destaque na mídia estadual e até mesmo em nível nacional onde que a entidade recebeu grupos de alunos da Universidade Fluminense com objetivo de conhecer o funcionamento da entidade e para trocar experiências na área de economia solidária. O Paju também recebeu visitas do governo da Venezuela e de estudante de mais de 40 países, do canal de televisão público do governo

da Austrália, estudantes da Universidade Americana da Columbia, governo do estado do Acre e de outras várias instituições local.

Existe operando juntamente com o Banco Comunitário o Instituto Paju, essa entidade visa ajudar a comunidade atuando como um recurso para apoiar no desenvolvimento da região. Com a ajuda do Instituto Paju foram desenvolvidas várias pequenas empresas comunitárias no ramo de confecção, material de limpeza, couros, artesanatos, produtos de higiene e produtos de beleza e redes associativas. O instituto atua na concessão de crédito e na capacitação para estimular o empreendedorismo nas pessoas, assessoria técnica e desenvolvimento de parcerias a fim de comercializar os produtos e serviços.

Desde sua existência o Banco Paju já atendeu a mais de 312 empreendedores locais, contribuindo para a manutenção de mais de 500 (quinhentos) postos de trabalhos e a criação de outros 300 (trezentos).

Com a parceria do Banco Popular do Brasil foram emprestados mais de R\$ 517.000,00 (quinhentos e dezessete mil reais) para crédito produtivo e mais de R\$ 320.000,00 (trezentos de vinte mil reais) para crédito para consumo pessoal.

O Banco Paju também atua com palestras para orientação das pessoas. Com o apoio do SEBRAE e da prefeitura de Maracanaú foi feita uma consultoria coletiva em que 22 empreendedores locais tiveram uma palestra com o tema “Controles Financeiros” e outro sobre economia doméstica através da Bovespa em que contou com 30 participantes. Essas ações visam o treinamento dos empreendedores locais gerando acumulo de estudo e o mais importante que é a troca de experiência por entidades que possuem um grande conhecimento na área de empreendedorismo.

Outro curso também coordenado pelo Paju foi o curso de técnicas de vendas com o apoio também da prefeitura de Maracanaú e ministrado pelo SEBRAE, onde 25 participantes foram beneficiados. E também outro curso agora ministrado pelo SENAI de Mecânica de Bicicletas e que contou com a participação de 42 pessoas da comunidade e visou a comercialização e a criação oficinas de bicicletas na localidade.

O Banco Paju também conta com a parceria da Universidade Federal do Ceará. Por meio desse apoio foi realizado um curso de Gestão e Empreendedorismo com a participação de 25 empreendedores locais. Foi realizado também outro curso na área de Gestão de Pequenos Negócios. Logo após todos esses cursos e treinamentos o Banco Paju organizou o primeiro encontro dos empreendedores da Pajuçara.

Anualmente o Banco Paju organiza uma feira solidária local onde os moradores expõem seus produtos em um local público. Os produtos são fabricados no próprio bairro Pajuçara. Essa feira mobiliza uma média de 3.000 (três mil) pessoas e acontece em apenas um dia. Os produtos são expostos em barraquinhas. Nessa feria existe também várias demonstrações de artistas populares com bandas musicais. É um ambiente bem familiar onde as pessoas podem comercializar produtos locais e trocas de experiências.

Em sua estrutura de pessoal, atualmente, o Banco Paju é composto por cinco funcionários trabalhando internamente na instituição. Sendo que dessas cinco pessoas apenas uma possui contrato de trabalho formalizado com os direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) ela atua como operador de caixa no correspondente bancário CAIXA AQUI localizado na própria sede da entidade financeira. As outras quatro pessoas são: um estagiário que dar suporte na área administrativa, um agente de crédito responsável pelo oferecimento de empréstimos na instituição um coordenador e outro auxiliar administrativo ambos prestando serviço ao banco.

Além dessas cinco pessoas existem mais três que não atuam diretamente no banco, mas prestam serviços. Eles são os responsáveis por pesquisar editais onde que o banco possa concorrer a licitação a fim de desenvolver algum projeto social por meio do Instituto Paju. São essas três pessoas que desenvolvem os projetos sociais quando o instituto ganha a licitação.

#### **4.3 Maracanã – Moeda social do Banco Paju**

A moeda social do banco Paju se chama Maracanã. Recebeu esse nome por conta da homenagem ao povo e a cidade. Maracanã é o nome de uma ave da família dos papagaios que vive na região norte do Brasil, seu nome traduzido do idioma tupi - guarani para o português significa: “ave solene” por conta de sua beleza, já o nome Maracanaú significa “lagoa onde bebem as Maracanãs” por conta do grande número de aves maracanã constarem na região de Maracanaú foi dado esse nome a moeda social.

O processo de implantação da moeda ocorreu no início do ano de 2007 cada unidade monetária da moeda tem o valor equivalente de R\$ 1,00 (um real). A moeda possui a circulação livre no comércio local. Os empreendedores, moradores ou comerciante podem solicitar empréstimo na moeda social onde não pagará nenhuma taxa de juros. O maracanã pode ser utilizado para compras em mercadinhos, padarias e em outros estabelecimentos cadastrados contando sempre com descontos concedidos pelos comerciantes.

O Maior objetivo da moeda social é fazer com que a circulação de dinheiro seja concentrada na região e não em outros centros comerciais. Dessa forma a comunidade fica com a concentração de renda maior e aumentando o poder econômico das pessoas.

Inicialmente o banco contava com apenas R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a concessão de empréstimos na moeda social. No entanto, com as parcerias da prefeitura de Maracanaú, Fundação Beto Studart e o Fecop o banco passou a contar com um lastro de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) promovendo o consumo solidário local e a geração de renda aos empreendedores da comunidade. Para que o comerciante, produtor ou prestador de serviço possa trocar seu maracanã por moeda oficial basta se dirigir a sede do Banco Paju para realizar a troca. Atualmente, a moeda social maracanã é vista pela comunidade como uma moeda da sorte e dos empreendimentos.

#### **4.4 Serviços prestados pelo Banco Paju**

Inicialmente o Banco Paju possuía uma parceria com o Banco do Brasil por meio do BPB (Banco Popular do Brasil). No entanto, essa parceria chegou ao fim por conta do BPB ter terminado com suas operações. O Banco do Brasil pessoalmente passou a administra o seu programa de microcrédito produtivo orientando. Os antigos correntistas do BPB automaticamente passaram a ter uma conta-corrente simplificada aberta no Banco do Brasil e todos os ativos e passivos financeiros do BPB foram transferidos para o BB (Banco do Brasil).

Com o fim das atividades do BPB o Banco Paju firmou outra parceria com a CEF (Caixa Econômica Federal). Com seu programa de correspondente bancário Caixa Aqui. Esse programa visa ter como objetivo principal a inclusão financeira das comunidades em que sua região não possui uma agência bancária tradicional e serve também ao mesmo tempo como um recurso hábil para os bancos tradicionais diminuírem sua demanda de atendimento, direcionando os clientes a realizarem pagamentos de suas contas, contratação de empréstimos, seguros nessas entidades secundárias.

Deixando apenas os serviços mais essenciais e complexos para serem realizados nas agências da própria Caixa Econômica Federal. Atualmente, o Banco Paju possui um correspondente bancário Caixa Aqui em sua sede. Os serviços oferecidos são os mais variados tais como:

- serviços de contratação de empréstimo pessoal,
- abertura de conta corrente,

- saques e depósito em dinheiro,
- recebimento de contas, títulos,
- pagamento do Bolsa Família, FGTS, PIS, Seguro-Desemprego,
- convênios (água, luz, telefone e outros),
- pagamento de benefícios do INSS.

Atuando como um representante exclusivo da CEF o Banco Paju possui uma demanda de atendimento bastante razoável que giram em torno de seis mil autenticações por mês em seu correspondente bancário. O contrato é firmado com a CEF. O Paju deve respeitar o padrão de atendimento designado no contrato e cumprir com todas as determinações da legislação em vigor tal como o atendimento prioritário aos mais idosos, gestante e com deficiência em locomoção, combate a lavagem de dinheiro e prestar um atendimento ao público em geral com respeito e atenção e se responsabilizando por qualquer conduta incorreta de seus funcionários.

#### **4.5 Produtos bancários**

Os bancos tradicionais captam recursos financeiros por meio das vendas de seus produtos bancários tais como capitalização, seguros de vida, previdência privada, fundos de investimentos e CDB (Certificado de Depósito Bancário). Essas operações são caracterizadas com sendo uma das principais formas de captar dinheiro por um banco comercial. Por meio dessas captações os bancos aplicam os recursos financeiros adquiridos, que teve um custo de captação relativamente baixo, em investimentos no mercado que geram mais retorno financeiro. Então é fundamental que um banco comercial possa realizar esses tipos de operações para poder garantir sua existência.

Entretanto, no caso dos bancos comunitários que não possuem uma regularização e nem é reconhecido oficialmente como uma instituição financeira pelo governo, fica impossibilitado de realizar essas operações de captação de recurso financeiro no mercado.

Foi tentado no Banco Paju a comercialização de produtos como seguridade por uma parceria como uma seguradora internacional. Nessa atividade o banco vendia os seguros de vida dessa entidade e recebia uma comissão por cada produto vendido. Entretanto, essa operação não estava gerando o retorno esperado causando o fim dessa parceria.

Atualmente, o banco vem comercializando os produtos de seguridade por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal. Essa instituição repassa um percentual para o

Banco Paju de cada produto vendido. Nessa situação a entidade comunitária estaria apenas atuando como um agente de vendas da CEF.

Os produtos que o Paju vende com parceria da CEF são variados, são eles: consórcios, seguros de vida, títulos de capitalização, previdência privada, todos produtos que são vendidos numa agência da CEF o Banco Paju pode também comercializar em sua sede. Como o Paju não possui permissão para acessar o sistema de informática da CEF os produtos são comercializados por meio de preenchimento de formulários que após a venda é repassado para um funcionário da CEF para a efetivação da venda.

## 5.6 Paju e o microcrédito produtivo orientado

Atualmente, o Banco Paju está operando com o Microcrédito da Caixa Econômica Federal com o programa desenvolvido pelo Governo Federal. Esse programa possui o principal objetivo destinar recursos financeiros a microempreendedores tanto formais como informais.

O Microcrédito oferecido pela CEF pode ser destinado tanto para investir no negócio ou para consumo e compra de estoque. As condições necessárias para a tomada do crédito são as seguintes:

- Pessoas maiores de 18 anos/emancipadas com conta corrente aberta na CEF;
- Sem anotação cadastral, como SPC/SERASA;
- Análise de Crédito aprovada com a prestação máxima admitida;
- Valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- Prazo para pagamento até 24 (vinte e quatro) meses.

As modalidades de microcrédito oferecidas pela CEF são duas. Uma é oferecida diretamente na própria CEF por meio de sua agência bancárias e a outra é a operada pelas instituições de microfinanças como, por exemplo, o Banco Paju. As diferenças são nas condições oferecidas aos clientes pelo modo direto da CEF ou indireto pela IMF, conforme descrito abaixo:

- Modelo Direto:

- Juros a partir de 0,64% ao mês;
- Cobrança de IOF (Imposto Sobre Operações de Crédito) alíquota zero;
- Taxa de abertura de Crédito (TAC) de 1% sobre o valor do contrato.

- Modelo Indireto:

- Juros: De 0,93% até 3,9% ao mês, variável conforme modelo e Instituição.
- Taxa de Abertura de Crédito – TAC: de até 3%, incide sobre o valor do empréstimo cobrado no ato da contratação, com valor mínimo de R\$ 15,00.
- IOF: Alíquota zero.

Atualmente, no Banco Paju já foram feitos em torno de 56 (cinquenta e seis) operações de microcrédito operados pela CEF. O Paju começou a operar com essa modalidade de crédito em abril de 2012. A taxa de inadimplência dos contratos firmados pelo Paju é de 0% (zero por cento) sendo que esses dados foram colhidos em setembro de 2012.

Para a concessão do crédito é preciso que o tomador preencha um formulário com seus dados cadastrais atualizados e diante desse formulário preenchido o Banco Paju envia essa documentação para a agência da Caixa na qual possui parceria e é o próprio funcionário da CEF que analisa os dados enviados e verifica se estão todos devidamente preenchidos e realiza a análise de crédito. Sendo a análise aprovada o dinheiro é depositado na conta corrente na qual o cliente abriu também por meio do Banco Paju.

Esse procedimento de preenchimento de formulário está sendo substituído por um sistema de informática desenvolvido pela CEF para que o próprio Banco Paju grave a proposta de empréstimo e a CEF apenas fará a liberação do empréstimo via também sistema de informática. Com esse recurso o ganho de tempo é bastante considerado tanto para diminuir a burocracia e tornar a operação mais fácil.

Outra linha de empréstimo oferecida pelo Banco Paju é o microcrédito com a mesma finalidade do microcrédito produtivo orientado. Atualmente está em circulação o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) em empréstimos concedidos com uma taxa de 2% (dois por centos) ao mês.

Nesta linha de empréstimo o processo para a concessão de crédito é de forma bem simples. Não é necessária nenhuma garantia seja por fiança ou aval. E também não há consulta nos sistemas de proteção ao crédito (SPC/SERASA/CADIM). Apenas a pessoa tomadora do empréstimo é indicada por outra que já havia tomado um empréstimo junto ao banco.

A indicação é feita por meio de amizade e o agente de crédito vai à residência da pessoa indicada para verificar seu endereço e a capacidade de pagamento. Esses empréstimos são direcionados apenas para a comunidade do bairro Pajuçara. Não existe a possibilidade de concessão aos moradores de outras localidades. O prazo máximo para o pagamento do crédito

concedido é de até 30 (trinta) dias e o valor máximo permitido é de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Só pode pegar um novo empréstimo caso o anterior já esteja quitado.

Entretanto, um dos grandes problemas do Banco Paju hoje é a captação de recursos para concessão de novos empréstimos. É definitivamente necessária para a existência de um banco a captação de recursos financeiros a fim de poder emprestar com um ganho em cima que se chama de spread bancário.

Bem no início de sua atividade o banco comunitário precisou captar recursos financeiros a fim de criar o seu fundo para concessão dos primeiros empréstimos. Todavia, como se trata de um banco comunitário em que não é uma entidade regularizada e muito menos autorizada a operar como uma entidade financeira pelo BACEN o Paju é impossibilitado de poder captar recursos financeiros no mercado como obtenção de poupança, capitalização ou oferecer serviços financeiros no ramo da seguridade.

Diante desse fato foi iniciada uma parceria com outro banco comunitário que já estava operando há um tempo e essa parceria foi fundamental para alavancar esse recurso para o início das atividades. Esse banco que subsidiou esse fundo foi o banco comunitário Palmas do bairro Conjunto Palmeiras. Esta instituição repassou o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) emprestados pelo Banco do Brasil a uma taxa mensal de 1% ao mês para que o Banco Paju pudesse realizar seus primeiros empréstimos. Com um tempo esse valor foi devolvido ao Banco Palmas e hoje o Banco Paju possui o seu próprio fundo financeiro suficiente para a concessão de novos empréstimos para a comunidade local.

#### **4.7 Inclusão financeira**

O governo brasileiro está empenhado em fazer com que cada vez mais os brasileiros tenham acesso ao sistema financeiro. Nesse contexto os bancos comunitários têm um papel essencial. Por meio dessas instituições as classes com renda mais baixa podem ter acesso a esse sistema. Nessas instituições financeiras solidárias a população pode obter uma conta bancária, fazer empréstimos e utilizar seus serviços, tais como pagamentos de contas. Diante desses fatos é consideravelmente de grande importância o desenvolvimento cada vez mais dessas instituições.

O Banco comunitário Paju vem desempenhando seu papel no que se refere a inclusão financeira. Com a implantação dos serviços bancários prestado pela entidade a comunidade usufruir desses serviços que não são oferecidos nas suas proximidades. Muito das vezes as

pessoas da comunidade do bairro tinha que se deslocar para outro bairro para poder pagar suas contas ou realizar algum depósito ou até mesmo adquirir algum produto bancário.

Com o apoio da CEF muitos dos serviços bancário prestados por essa entidade podem ser adquiridos no Banco Paju desde um simples pagamento de conta como até mesmo uma abertura de conta corrente ou concessão de crédito direto ao consumidor. Antes pessoas que nunca puderam ter acesso a uma conta bancário hoje já se torna uma realidade na Pajuçara por conta do Banco Paju. Diante dessas atividades desenvolvidas o Banco Paju hoje contribui significativamente para a inclusão financeira da comunidade do bairro Pajuçara.

#### 4.8 Inclusão Social

Outra iniciativa muito importante que o Banco Paju desenvolve são os projetos de inclusão social com a comunidade do bairro Pajuçara. Nesses projetos a entidade desenvolve inúmeras atividades visando a retirada da ociosidade da juventude do bairro e o desenvolvimento profissional dos adultos que se encontra fora do mercado de trabalho.

Com aplicação de cursos nas demais áreas profissionais o Banco Paju vem conseguindo resultados bastante expressivos. Abaixo iremos falar de dois projetos de inclusão social que o banco desenvolve.

Projeto Desenvolvido	Público Alvo	Objetivo
PNUD-Mulheres Empreendedoras	Mulheres beneficiárias do programa do Governo Federal Bolsa Família.	Capacitar essas mulheres com cursos em diversas áreas.
Aprendendo na Comunidade	Jovens de 18 a 29 anos moradores do bairro Pajuçara,	Objetiva dar treinamento para inclusão no mercado de trabalho e aperfeiçoamento profissional.

**Tabela 1 - Projetos de inclusão social do Banco Paju**

Fonte: Banco Paju (2012).

O primeiro programa visa estimular as mulheres do bairro a serem empreendedoras. Desenvolvido pela ONU (Organização das Nações Unidas) o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) visa capacitar as pessoas com o objetivo do desenvolvimento humano e combate a pobreza. O Banco Paju direcionou esse programa para

as mulheres que possuem o benefício do programa bolsa família a poderem desenvolver uma atividade profissional afim de que elas possam futuramente não depender mais do programa do Governo Federal e poder gerar renda por meio do seu próprio trabalho.

Outro projeto social “Aprendendo na Comunidade” tem como objetivo principal a retirada de jovens do ócio e a aperfeiçoar adultos já com experiência profissional. Nesse programa são selecionados 180 (cento e oitenta) jovens na idade entre 18 e 29 anos. As capacitações dos participantes são nas áreas de administração e empreendedorismo. Com o apoio da Petrobrás o Banco Paju vem desenvolvendo esse projeto e estimulando os jovens a se especializarem numa carreira profissional. Promovendo a inclusão social e deixando essas pessoas mais habitas a abrirem o seu próprio negócio.

Durante trinta dias o participante fica assistindo aulas teóricas nas áreas de empreendedorismo, gestão de negócio e logo após é encaminha para uma empresa para participar de um estágio de duração de três meses. Recebendo uma bolsa no valore de R\$ 90,00 (noventa reais) para custear suas passagens de ônibus e recebem também um lanche na empresa, fardamento e material didático. Caso o participando venha a querer abrir seu próprio negócio o Banco Paju concederá um microcrédito no valor máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o início das atividades e assessoramento técnico para o sucesso do empreendimento. É necessário que o preenchimento das vagas ofertadas para esse programa seja preenchido por 60% (sessenta por cento) de mulheres sendo todas elas de baixa renda.

Atualmente, o Banco Paju também está desenvolvendo um projeto com as mesmas características do programa Mulheres Empreendedor, mas agora com o apoio do Governo do estado do Ceará. Nesse caso o projeto vai abranger não somente o bairro Pajuçara mais vai além englobando nove mil mulheres em mais de dez cidades do estado todas com perfil para o empreendedorismo.

Também nesse mesmo perfil o Instituto Lojas Rener está com a parceria do Banco Paju para desenvolvimento das mulheres. Nesse projeto com apoio das Lojas Rener foram capacitadas 60 (sessentas) mulheres para o empreendedorismo.

#### **4.9 Desafios e Perspectivas para o crescimento do Banco Paju**

Atualmente, o Banco Paju conta com uma parceria do governo municipal. A sede onde está localizada a instituição foi cedida pela prefeitura de Maracanaú que também colabora com o oferecimento da internet para que o banco possa acessar o sistema da CEF e realizar

diversas atividades e a prefeitura também disponibiliza gratuitamente para a entidade financeira água, energia elétrica e telefone.

Diante desse apoio o banco fica dependente dessa parceria sem poder ainda se manter sem essas ajudas. Ainda por conta desse apoio a instituição não possui autonomia política que de um modo ou de outro o banco possui uma dívida com o prefeito.

Como a entidade financeira está em uma sede cedida pela prefeitura de Maracanaú um dos grandes objetivos da instituição é a criação de sua própria sede. Já foi adquirido um terreno para a sua construção, entretanto a construção está dependendo de levantamento de recursos para sua construção.

O Banco Comunitário Paju tem como uma das premissas o desenvolvimento das mulheres carentes do bairro Pajuçara, o apoio para o crescimento profissional da juventude local a proteção do meio ambiente sempre como foco na economia solidária.

Outro grande objetivo do Banco Paju é fazer com que o bairro Pajuçara perca essa imagem de um bairro carente e violento em que é demonstrado nas mídias em geral. O desenvolvimento das populações local, criação de emprego e renda é um dos passos para que o banco consiga contribuir para que essa imagem seja apagada.

#### **4.10 Análise da percepção dos tomadores do microcrédito**

A maioria dos entrevistados respondeu que o motivo principal para a criação do empreendimento foi a vontade de ter o próprio negócio. Alguns tomadores antes trabalhavam como empregados e agora com a ajuda do Banco Paju passaram ter o seu próprio negócio. A proprietária do salão de beleza pesquisado é um dos exemplos: “peguei o primeiro empréstimo para pagar o meu curso de cabeleireira e depois para comprar material para o meu negócio, o banco me ajudou muito”.

Outro exemplo é do empreendimento de móveis, que antes apenas prestava serviço com reforma de estofados e hoje com a utilização do microcrédito tomado no banco passou a produzir estofados novos para vender e possui oito funcionários.

A principal vantagem, apontada pela maioria dos entrevistados, é sem dúvida a facilidade de acesso ao crédito, o que de fato caracteriza o microcrédito. Outra vantagem, de grande relevância também, relatada pelos entrevistados, foi a oferta de cursos de capacitação profissional, fator muitas vezes decisivo para a escolha da atividade do empreendimento. Com vários tipos de treinamento a respeito de empreendedorismo a comunidade vem despertando para a atividade empresarial e assim conseguir um aumento na renda familiar. Dona de casa

que antes não tinham trabalho por conta de ter que cuidar dos filhos ou até mesmo por não conseguir um emprego no mercado de trabalho cada vez mais competitivo agora passou a trabalhar com a implantação de seu próprio negócio em sua residência conseguindo uma independência financeira.

Entretanto, quando questionados sobre a forma de pagamento dos empréstimos a maioria aponta a necessidade de ampliação do crédito e do prazo de pagamento.

Diante desses fatos apresentados logo nota-se que devido ao Banco Paju, mesmo com toda sua limitação na oferta de microcrédito e prestação de serviços bancários, a comunidade vem conseguindo a cada dia fortalecer a sua economia local criando mais oportunidade de emprego e geração de renda.

Por meio da aplicação de um questionário a 10 tomadores de microcrédito que mais trabalharam com o Banco Paju foram analisados o perfil dos tomadores e sua percepção de como o banco contribuiu de forma positiva ou não no seu empreendimento. Segue abaixo uma análise qualitativa dos dados apurados.

#### 4.11. Perfil dos Entrevistados

Responderam ao questionário 10 tomadores de microcrédito do Banco Paju. O perfil dos entrevistados mostra a predominância do sexo feminino na tomada do microcrédito, o qual representa 90% dos entrevistados, ficando para os clientes do sexo masculino o percentual de 10%. (Gráfico 4).



Gráfico 4 – Composição dos entrevistados por sexo

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A pesquisa procurou caracterizar os tomadores segundo o tipo de atividade. De acordo com a Tabela 2, percebe-se que três ramos se destacam: confecção (20%), salão de beleza (20%) e venda de cosméticos (20%), ramos tradicionalmente femininos. Observando por esta ótica, a tabela revela a possibilidade de o microcrédito abrir a oportunidade de inclusão social da mulher no mercado de trabalho.

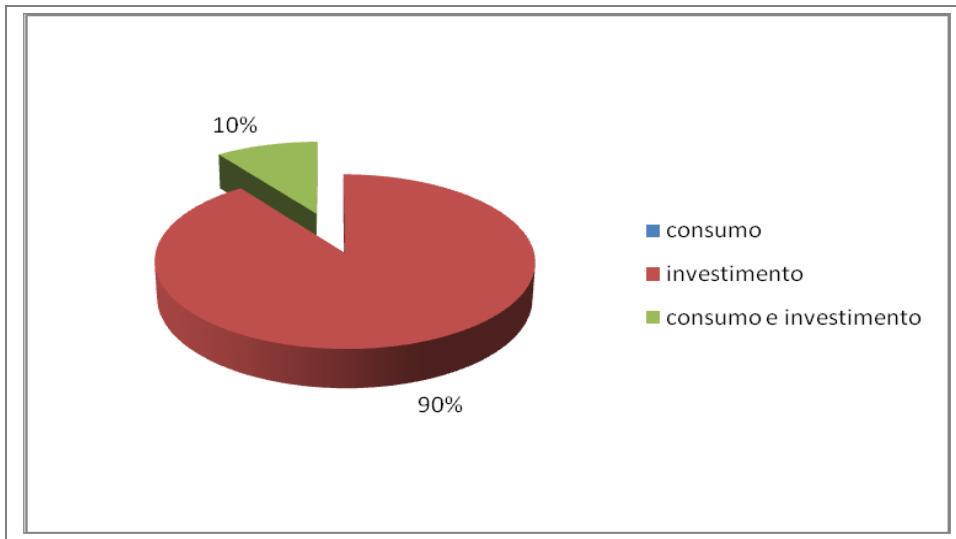
**Tabela 2 – Quantidade de microempreendimentos por área de atuação.**

Área de atuação	Nº de Empresas
Confecção (Comércio)	2
Cosmético (Comércio)	2
Depósito de Construção (Comércio)	1
Manutenção em Máquinas (Serviços)	1
Salão de Beleza (Serviços)	2
Mercadinho (Comércio)	1
Móveis de Decoração (Comércio)	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Percebe-se ainda que 70% das atividades microempreendedoras pesquisadas estão concentradas no comércio, o que pode ser justificado pelo fato dos empreendimentos serem de pequeno porte e demandarem menor capital inicial e menos qualificação profissional em relação ao setor de serviços. Além de não exigir estrutura física complexa são em sua maioria desenvolvidas na própria casa.

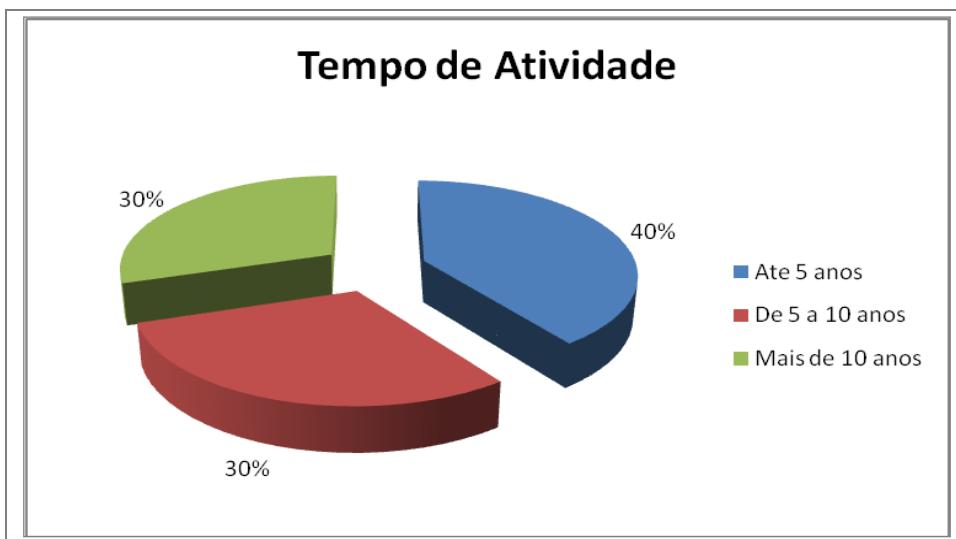
Com relação a utilização do microcrédito tomado, foi perguntado aos tomadores a finalidade do crédito. É importante observar no Gráfico 5 como o microcrédito tem servido à população pesquisada como fonte de investimento, na medida em que 90 % dos beneficiários têm aplicado os recursos na implantação do negócio que exploram, 10% utilizaram apenas para o consumo e investimento e 0% apenas para consumo. Este cenário confere ao microcrédito a condição de um instrumento gerador de emprego e renda, que tem como público-alvo, pessoas que não têm acesso ao crédito formal do sistema financeiro tradicional.



**Gráfico 5 – Análise sobre a finalidade do microcrédito.**

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Com relação a experiência em que os tomadores de microcrédito possuem em seu ramo de atividade, observa-se no Gráfico 6 que 30% já desenvolvem a atividade entre 5 e 10 anos, seguido por 30% que desenvolvem há mais de 10 anos e o percentual de 40% foi observado nos clientes que possuem até 05 anos de atividade.

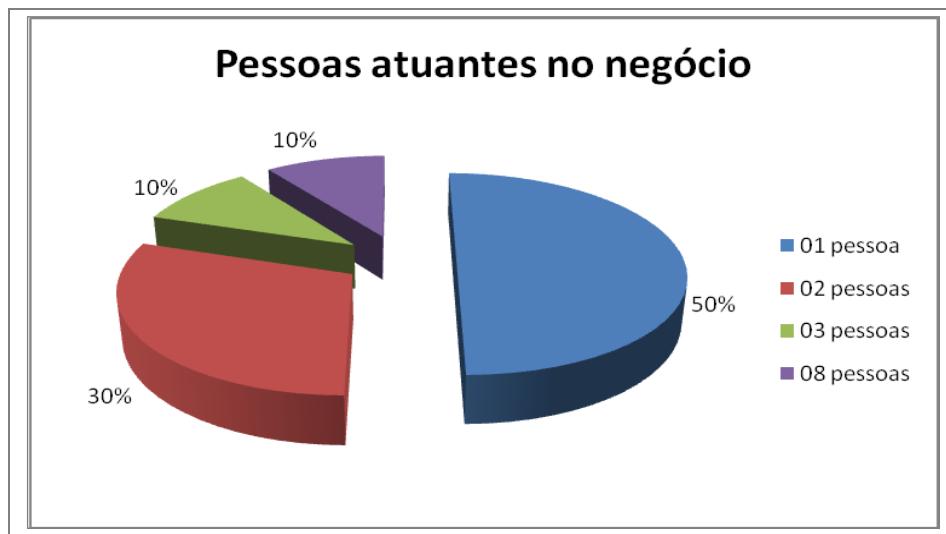


**Gráfico 6 – Quantidade de anos em que atua no ramo de seu negócio**

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Quando questionados sobre a quantidade de pessoas que trabalham no micronegócio, percebe-se no Gráfico 7 que em sua maioria os empreendimentos possuem apenas uma pessoa

trabalhando. Isso demonstra que o público alvo do microcrédito são trabalhadores informais e que, muitas vezes, trabalham no ambiente da própria residência.



**Gráfico 7 – Quantidade de pessoas que atuam no empreendimento.**

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Na tabela 3, verifica-se a distribuição do crédito de acordo com os valores recebidos. Como pode ser verificada através dos resultados, a pesquisa revelou que 60% dos entrevistados pegaram de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 em empréstimos do Banco Paju. Entretanto, o banco também disponibiliza valores mais altos para empréstimos abrangendo não só o micro empreendedor, mas também ao médio como pode ser verificado ainda na tabela 3 que dois empreendedores tomaram mais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Tabela 3 – Valores tomados no Banco Paju.**

Valores Tomados (R\$)	Quantidade de Tomadores
Até R\$ 1.000,00	0
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	3
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	3
De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	2
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	0
Mais de R\$ 10.000,00	2
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Quanto a percepção dos entrevistados na sua relação com o Banco Paju, foi questionado se houve alguma burocracia na concessão do microcrédito. Percebe-se na Tabela 4 que 99% dos tomadores não tiveram dificuldades em obter o crédito, isso demonstra que o banco comunitário serve como instituição facilitadora e não burocrática. Porém, o curto prazo de pagamento foi um ponto negativo citado pelos entrevistados.

Ainda na Tabela 4, verifica-se que em sua totalidade (100%) o acesso ao microcrédito do Banco Paju, de forma facilitada e desburocratizada, foi fator de suma importância para o desenvolvimento dos empreendimentos pesquisados.

**Tabela 4 – Percepção Sobre a Experiência com o Banco Paju**

CLIENTES	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Houve alguma dificuldade na tomada do microcrédito?	10%	90%	Maior dificuldade por conta do prazo de pagamento ser curto, em alguns casos de até 30 dias.
O Banco Paju contribuiu para o desenvolvimento do seu negócio com o oferecimento do microcrédito?	100%	-	-
Pretende continuar operando com o Banco Paju?	100%	-	A falta de segurança no ambiente da entidade foi um fator negativo mencionado durante a entrevista de alguns tomadores.

Fonte: dados da pesquisa (2013)

Por fim, na Tabela 4 também se constata que todos os entrevistados pretendem continuar sendo cliente do Banco Paju, visto que é uma instituição próxima da comunidade e não oferecer maiores entraves na aquisição do microcrédito.

## 5. CONCLUSÃO

O objetivo que guiou os esforços dessa pesquisa foi analisar o microcrédito nos pequenos empreendimentos financiados pelo Banco Comunitário Paju.

Os obstáculos em torno do acesso ao crédito em instituições tradicionais, seja pela estrutura burocrática que as regem ou pela modalidade de garantias estabelecidas, tornam o microcrédito a principal forma de inclusão financeira. (LOPES ET AL., 2011).

O resultado obtido pela pesquisa realizada revela aspectos relevantes do segmento que devem ser destacados. A clientela pesquisada é constituída em sua maioria de famílias consideradas pobres e que sentiam dificuldade de trabalhar com bancos comerciais tradicionais, pois a falta de garantias seja por um comprovante de rendimento ou de bens os impedem de ter um relacionamento com esses tipos de instituição financeira.

Outro ponto a ser enfatizado é a concentração das atividades microempreendedoras no comércio, que demandam menor capital inicial e pouca qualificação profissional. Além de não exigir estrutura física complexa são em sua maioria desenvolvidas na própria residência como, por exemplo, pequenos mercantis.

Os resultados obtidos indicaram a predominância do sexo feminino na tomada do microcrédito, o qual representa 90% dos entrevistados, ficando para os clientes do sexo masculino o percentual de 10%. Esta característica condiz com os resultados obtidos quanto da caracterização dos empreendimentos tomadores por tipo de atividade, onde os setores de confecção (20%), cosméticos (20%) e salão de beleza (20%) se destacam e são ramos predominantemente femininos.

Foi analisado o tempo de desenvolvimento da atividade, segundo a pesquisa 30% já desenvolve a atividade entre 5 e 10 anos, seguido por 30% que desenvolvem há mais de 10 anos e o percentual de 40% foi observado nos clientes que possuem até 05 anos de atividade.

Portanto, 60% dos tomadores possuem uma experiência no ramo que atuam acima de cinco anos caracterizando que o microempreendedor detém conhecimento satisfatório na sua atividade. Por meio dessa análise também se demonstra que o Banco Paju apoia tanto tomadores iniciantes na atividade como empreendedores com certo tempo de experiência.

A comunidade está satisfeita principalmente pelo fato de o Banco Paju oferecer de forma facilitada e sem burocracia o acesso ao microcrédito a pessoas de baixa renda e espera que o banco cresça cada vez mais, proporcionando crescimento do microcrédito e ampliação de sua área de cobertura.

Porém, diante da aplicação do questionário, observa-se que vários empreendedores afirmaram que o Banco Paju precisa fazer uso de mais propaganda, para que mais pessoas conheçam o que é e como atua um banco comunitário.

A questão da segurança é outro ponto a ser melhorado no banco. Diante das entrevistas de campo foi constatado que algumas pessoas temem em utilizar mais a entidade financeira por conta da falta de investimentos na proteção dos clientes que utilizam os seus serviços.

É necessário que o pequeno empreendedor utilize o sistema de microcrédito não só para obter empréstimos, mas também como orientador e capacitador de desenvolvimento comunitário. Para tanto, os bancos de microcrédito devem estreitar cada vez mais a sua relação com as pessoas de baixa renda.

Diante da evidência dos dados obtidos, torna-se necessária a ampliação da oferta do Banco Paju na região, que pode se dar pela redução dos juros e ampliação tanto dos limites de crédito como do prazo de pagamento, visto que o microcrédito pode ser instrumento transformador na vida de milhares de pessoas, sem a necessidade de doações ou planos meramente assistencialistas.

Aos poucos o Banco Comunitário Paju vem conseguindo alcançar seus objetivos como uma entidade preocupada no desenvolvimento não só financeiro, mas também social da comunidade. Diante da pesquisa constata-se que uma parte das mulheres do bairro vem alcançando a sua independência financeira e sendo incluídas no mercado de trabalho seja por emprego de carteira assinada ou no seu próprio empreendimento com a ajuda do banco.

Por fim, percebe-se com os fatos e dados apresentados, o impacto positivo do microcrédito sobre a geração de emprego e renda dos microempreendimentos financiados pelo Banco Comunitário Paju. Portanto, torna-se ainda mais evidente a necessidade de políticas públicas de inclusão social que promovam o desenvolvimento econômico local.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.
- BACIC, Miguel Juan; BALDEÓN, Nguyen Tufino; ALMEIDA, Camila (2003). **Empreendedorismo x cooperativismo: um estudo de caso das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp.** Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br>> Acesso em 16.01.2013
- Banco Palmas. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br>> Acesso em 09 de junho de 2011.
- BNDES. **Microcrédito.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoyo\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/Microcredito/o\\_que\\_e\\_microcredito.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoyo_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/o_que_e_microcredito.html)> Acesso em 22 de fevereiro de 2012.
- Banco Paju. **Nossa História.** Disponível em: <<http://www.bancopaju.org.br>>. Acesso em 10 de Outubro de 2012.
- BRASIL, 2004. **Democratização do Crédito no Brasil.** Disponível em: <[http://www.politiquessociales.net/IMG/pdf/democraticao\\_do\\_credito\\_no\\_Brasil\\_Actuacao\\_no\\_Banco\\_Central.pdf](http://www.politiquessociales.net/IMG/pdf/democraticao_do_credito_no_Brasil_Actuacao_no_Banco_Central.pdf)>. Acesso em 13 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. 2005. **Introdução ao Microcrédito.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em 13 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. 2008. **Microfinanças.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro\\_microfinanE7as\\_miolo\\_internet\\_1.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinanE7as_miolo_internet_1.pdf)>. Acesso em 20 marços 2012.
- \_\_\_\_\_. 2009. **Projeto de Inclusão Financeira.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais\\_I\\_forum\\_inclusao\\_financeira%20indd.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_I_forum_inclusao_financeira%20indd.pdf)> Aesso em 13 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. 2010. **Relatório de Inclusão Financeira 1.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf)> Aesso em 07de maio de 2012.
- \_\_\_\_\_. 2011. **Relatório de Inclusão Financeira 2.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2011.pdf>> Acesso em 06 de Julho de 2012.

\_\_\_\_\_.2012. **BC quer estimular acesso da população ao microcrédito e à previdência complementar.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/07/bc-quer-estimular-acesso-da-populacao-ao-microcredito-e-a-previdencia-complementar/print>> Acesso em 10 out. 2012.

Agência Brasil 2010. **Número de correspondentes bancários cresce 70% no país em quase três anos.** Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-19/numero-de-correspondentes-bancarios-cresce-70-no-pais-em-quase-tres-anos>> Acesso em 03 Abril 2012.

COMPERJ. **Entenda a moeda social.** Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/noticias/entenda-moeda-social>> Acesso em 09.março 2012.

FBES. **II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** Disponível em:<[http://www.fbdes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2039&Itemid=1](http://www.fbdes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2039&Itemid=1)>. Acesso em 23.03.2012.

InvestNE. **Instituto Palmas planeja abrir bancos comunitários em todo o Ceará.** Disponível em: <<http://investne.com.br/it/Destaques/instituto-palmas-planeja-abrir-bancos-comunitarios-em-todo-o-ceara>>. Acesso em 10.04.2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Bancos Comunitários.** Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim\\_mercado\\_de\\_trabalho/mt41/10\\_Eco\\_Bancos.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/10_Eco_Bancos.pdf)>. Acesso em 20/10/2011.

Maracanaú. **Nossa História.**<<http://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau>>. Acesso em 17/12/2012.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária.** <http://www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> Acesso em 14/12/2012.

MONZONI, Mário 2006, **Impacto em renda do microcrédito: Uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário.** Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pnmpo/monzoni\\_tese\\_doutorado\\_final.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/monzoni_tese_doutorado_final.pdf)> Acesso em 22.02.2012.

NETO, Joaquim Melo. **Entrevista a Joaquim de Melo Neto.** Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudo.aspx?CODIGO=C2008329204616921&TP=V>> Acesso em 02 de março 2012.

PÁGINA DO MICROCRÉDITO. **Origem do microcrédito.** 2006. Disponível em: <<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/>> acessado em 02.03.2012.

POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

QUINTINO, C. A. A. **O microcrédito no Brasil: a experiência do ABC Paulista.** 1. ed. São Paulo: Paris XX, 2005.

SEBRAE. **Microcrédito.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/servicos/o-setor/acesso-a-servicos-financeiros/microcredito>> Acesso em 22.02.2012.

Secretaria Nacional de Economia Solidária. **A Economia Solidária.** Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp)>. Acesso em 20 out. 2011.

LOPES, A.C. V. ET AL; **Microcrédito e os Microempreendimentos: Um estudo no Banco da Gente do Mato Grosso do Sul.** FACEF PESQUISA/FRANCA, V.14,N.3, p. 249-263, Set./Out/Nov./Dez. 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias.** In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE,6, 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: UFC,2007. p. 1-18.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

## APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**FEAACS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALUNO: ANSELMO BRAGA FORTE FILHO    MAT.: 0275641**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AO BANCO PAJU.**

1-) Como foi originado o capital inicial para concessão de empréstimos ?

2-) Como foram feitos os primeiros empréstimos ?

3-) Quais os serviços bancários que a instituição oferece ?

4-) Como foi criada a moeda social maracanã? E quanto está em circulação ?

5-) Qual o principal objetivo do Banco Paju para os próximos cinco anos ?

6-) Como é feito o processo para a concessão de crédito ?

7-) Quais e como são desenvolvidos os projetos sociais do banco ?

8-) Qual a relação do banco com o PNMO (Programa Nacional de Microcrédito Orientado)?

9-) Como o banco lida com a inadimplência ?

10-) Quais as linhas de crédito oferecidos às Pessoas físicas e jurídicas ?

11-) Qual o maior desafio do banco Paju para o seu crescimento ?

12-) Qual a relação do Banco Paju com o banco comunitário Palmas ?

13-) Existe algum apoio governamental ?

14-) O banco pretende desenvolver produtos na área da segurança como microsseguros ?

15-) Qual a estrutura de pessoal da instituição ? Qual o papel de cada um?

16-) Como é feita a tecnologia do banco ? Existe algum software bancário específico utilizado pelo Banco ?

## APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FEAACS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALUNO: ANSELMO BRAGA FORTE FILHO    MAT.: 0275641**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CLIENTES DO BANCO PAJU TOMADORES DE  
MICROCRÉDITO.**

- 1) Qual o ramo de atuação do empreendimento?
- 2) Há quanto tempo possui essa empresa/atividade?
- 3) Quantas pessoas trabalham com o senhor(a) na empresa/atividade?
- 4) Quanto tempo é parceiro do Banco Paju?
- 5) Quais os valores que foram tomados no Banco Paju?
- 6) Antes de operar com o Banco Paju já havia operador com outro Banco? Se sim quais serviços/produtos consumidos?
- 7) Qual a maior diferença que o senhor(a) possa citar de um Banco Tradicional com o Banco Paju ?
- 8) Para que foi utilizado o valor tomado no Banco?

9) Qual foi a maior dificuldade que o senhor(a) obteve na hora de operar com o Banco Paju?

10) Em sua opinião o Banco contribuiu para o desenvolvimento do seu negócio?

11) Pretende operar novamente com o Banco ?

12) Houve alguma mudança em seu estabelecimento depois de operar com o Banco?

## MOEDA SOCIAL MARACANÃ

